

ARTIGO

3
*Indústria
automobilística e
(des)emprego, por José
Ricardo Tauile*

ARTIGO

5
*Fim do artificialismo,
por Lauro Vieira
de Faria*

CENSO

6
*Primeiros resultados
do Censo dos Cursos
de Graduação
em Economia*

BALANÇO

7
*Corecon/RJ
dá um balanço
de 1998*

PLANEJAMENTO

19
*Cofecon estabelece
suas metas
para 1999*

FELIZ 1999

Perspectivas de crescimento da economia mundial em 1999

Jan Kregel, consultor permanente da Unctad, prevê uma desaceleração do crescimento em nível mundial, pois a demanda agregada já não está crescendo em nenhum país. "A Comunidade Européia terá motivos para comemorar se crescer 1,5%. Se os Estados Unidos sofrerem um impacto que jogue sua taxa de crescimento para 2%, poderemos ter uma média mundial perto de zero."

páginas 10 a 13



TERREIRÃO DO CAFÉ, DE DJANIRA, ACERVO DO MNBA/RJ

JORNAL DOS ECONOMISTAS

ÓRGÃO OFICIAL DO CORECON-RJ,
IERJ E SINDECON-RJ

Diretor Responsável: Luiz Antonio Rodrigues Elias • **Conselho Editorial:** Luiz Antonio Rodrigues Elias, Adhemar Mineiro, Ronaldo Raemy Rangel, Renato Luiz Mello de Oliveira, Ricardo Bielschowsky, José Márcio Camargo, Márcio Henrique Monteiro de Castro, Marcelino José Jorge, José Clemente de Oliveira • **Edição:** Conselho Regional de Economia-RJ • **Jornalista Responsável:** Ana Lagôa (MTB 13272) • **Editoração Eletrônica:** Kátia Regina Fonseca - Telefax (021) 508-7367 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica - Tel (021) 509-3366 • **Tiragem:** 20.000 exemplares • **Periodicidade:** mensal • As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL
DE ECONOMIA DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tel: (021) 224-0578 - Fax: (021) 509-8121 - E-mail: coreconrj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br> • **Presidente:** Eduardo Mendes Callado • **Vice-Presidente:** Reinaldo Gonçalves • **Conselheiros Efetivos:** Ronaldo Raemy Rangel, Eduardo Callado, João Paulo de Almeida Magalhães, Maria José Cyhlar Monteiro, Reinaldo Gonçalves, Carlos Francisco T.M.R. Lessa, Sidney Pascountto da Rocha, José Clemente de Oliveira, João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Suplentes:** Nelson Chalfun Homsy, Mauro Osório da Silva, Paulo Sérgio Souto, Sandra Maria Carvalho de Souza, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, José Antônio Lutterbach Soares, Luiz Mário Behnken, Enilce Leite Mello

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Rua Treze de Maio, 23 - Grupo 1607 / 1608 / 1609 - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-000 - Tel: (021) 262-2535 - Fax: (021) 240-4366 - E-mail: sindecon@embratel.net.br - Home page: <http://www.economistas.com.br>

IERJ - INSTITUTO DOS ECONOMISTAS
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro, RJ - CEP 20054-900 - Tels: (021) 224-0578 e 509-1077 - Fax: (021) 221-0958 - E-mail: ierj@ax.apc.org - Home page: <http://www.economistas.com.br>

EDITORIAL

Em reunião plenária realizada em Brasília, o Conselho Federal de Economia e o Fórum dos Presidentes dos Conselhos Regionais de Economia discutiram a situação brasileira deste início de 1999 e redigiram o documento "Os economistas e a conjuntura nacional", do qual destacamos trechos.

"Há mais de dois anos, economistas de várias formações teóricas e tendências políticas, bem como seus principais órgãos de representação, vinham alertando que a principal âncora do Programa de Estabilização (a âncora cambial) era insustentável. (...) O governo brasileiro, no entanto, insistia em manter o Real sobrevalorizado, optando por uma política de ajuste gradual e lento do câmbio. O mercado destruiu o gradualismo e impôs a verdade: a moeda brasileira estava com valor "politizado". O projeto de reeleição tentou empanar a realidade que agora se impõe. (...)

As elites brasileiras preferiram, mais uma vez, fugir da correção dos reais desequilíbrios internos do país, que a hiperinflação escondia (em especial a brutal desigualdade na distribuição da renda nacional e a aguda crise financeira do setor público), e a população foi convencida da ilusão de que o exterior financeira o consumo e o endividamento crescente do país. (...) Os déficits (público e externo) se ampliaram, apesar da venda de vultoso patrimônio público e privado. Agora, o "ajuste" tem de ser maior e mais doloroso do que o necessário em 1994. (...)

A desvalorização aconteceu (...). A médio prazo, ela estimulará as exportações e diminuirá as importações, ajudando a reduzir o desequilíbrio externo e a sair da recessão. A crise pode ser uma oportunidade para mudar a rota insustentável que, se mantida, aprofundará ainda mais a submissão do país aos interesses externos, ampliando internamente a já assustadora fratura social. Recessão, desemprego ampliado e inflação vão marcar a conjuntura de 1999, qualquer que seja a saída adotada. Já que o custo social será altíssimo, que se aproveite para mudar os rumos e retomar o desenvolvimento.

No curtíssimo prazo, os números revelam que, ou o país obtém novo aporte externo, ou terá que tomar medidas mais duras, como a centralização do câmbio (para defender o que resta das reservas, que já alcançam um patamar crítico) e até a moratória (para renegociar uma dívida externa que se ampliou em quase US\$ 100 bilhões nos anos posteriores ao Plano Real). (...) Internamente, a renegociação de passivos certamente ocorrerá. (...) A reestruturação da dívida interna pode implicar estender os prazos de vencimento a taxas pré-fixadas e moderadas, o que não é calote nem confisco, nem pune os investidores, mas evita a criação de débitos insaldáveis a médio prazo.

A renegociação da dívida de estados e municípios também terá que ser enfrentada, pois a desvalorização cambial atingirá aqueles que devem em dólares e que estão submetidos a altas taxas

de juros, que diminuem o nível da atividade econômica, com conseqüente redução de receitas. A recentralização, em curso nos anos do Real sobrevalorizado, que destrói a Federação, é antagônica aos anseios do país, que quer mais descentralização. A situação da União também se agravou, e o tema deve estar na mesa de negociações do novo pacto federativo.

Será importante rediscutir o ajuste fiscal necessário, mas com as vistas voltadas para recompor a poupança pública e permitir apoiar a retomada do desenvolvimento, e não mais para transferir renda aos rentistas, como se vinha fazendo. Deve-se debater uma verdadeira reforma tributária, que amplie a base dos contribuintes, atingindo especialmente o topo da pirâmide da renda e ajudando a competitividade das empresas que operam no país. A retomada do desenvolvimento deve ser o grande norte do debate nacional. (...)

A saída da crise sugere, neste 1999, a adoção de políticas de apoio às exportações (para reduzir o impacto recessivo previsto), assim como um avanço na política de promoção da reforma agrária e no apoio à produção familiar, no meio rural, associada a frentes de trabalho urbanas (para diminuir o custo social do aumento do desemprego), bem como a melhora do seguro-desemprego. (...)

O Brasil é uma nação que pode ser viável. Agora, isso depende de nossa geração. Daí a importância da atual conjuntura"

ARTE

Trabalhador Brasileiro

Djanira, assim como Tarsila do Amaral e Candido Portinari, registrou com sua arte a força do povo brasileiro, flagrado em seu trabalho duro e cotidiano. Na gravura de capa desta edição, de 1967, de tiragem única, alheio às especulações do mercado internacional, o camponês seca o café no terreiro da fazenda, dividindo com as mulheres a colheita daquele que já foi o nosso principal produto de exportação. Djanira da Mota e Silva conhece bem esse cenário, pois nasceu em Avaré, cidade do interior de São Paulo (1914). Audodidata, estudou apenas durante cinco meses a técnica de pintura, com Emeric Marcier. Apresentou pela primeira vez seus trabalhos em 1942, quando participou do Salão Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro. Dez anos depois foi premiada no Salão Nacional de Arte Moderna do Rio de Janeiro (1952). O Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro organizou duas exposições retrospectivas de sua obra (1958 e 1967). Além de figurar no acervo do Museu Nacional de Belas Artes, está representada nos principais museus de arte moderna do Brasil e em várias coleções e outros museus brasileiros e estrangeiros. A temática predominantemente brasileira, tratada com despojamento rigoroso que induz à ilusão de primitivismo, Djanira associa um lirismo profundo.

O *Jornal dos Economistas* reproduz a lineogravura de Djanira graças ao convênio firmado com o Museu Nacional de Belas Artes para publicações de gravuras do seu acervo e de artistas representativos da esfera cultural.

Na capa: *Terreiro de café*, lineogravura com área impressa 15,2 x 22,9 cm. Reprodução: João Diaz.

Indústria Automobilística e (Des)Emprego

As recentes demissões na Ford constituem “apenas” mais um aspecto da crise na economia brasileira, logo a seguir deflagrada abertamente também em sua dimensão financeira. Em outras palavras, antes mesmo da desvalorização abrupta do Real, a grande contração da demanda, que afetou a indústria automobilística no Brasil em 1998, já colocava na pauta de discussões a viabilidade do atual modelo econômico. Mas não só isso. As dimensões da análise que se deve fazer são várias. A primeira delas é macroeconômica.

Levando em conta as novas montadoras entrantes no mercado brasileiro e a expansão das antigas produtoras locais, iríamos dobrar a capacidade produtiva instalada no país em poucos anos. De uma capacidade produtiva que, durante muitos anos, se pensava não poder passar de 1,7 milhão de veículos, chegou-se em 1997 (com engenhosas adaptações) a 2,2 milhões. Com os novos investimentos das firmas já instaladas, expandindo sua capacidade, e das novas montadoras, que decidiram instalar-se aqui, estima-se que em mais três anos a nova capacidade da indústria estaria entre 3,5 e 4 milhões de veículos.

Sempre me perguntei para quem se pensava vender tantos veículos. Quem teria poder de compra no Brasil para comprar tantos carros novos, e como? Se a meta era exportar, o que fazer com o excedente anual da indústria mundial, estimado em 8 milhões de veículos? Quando as empresas decidiram começar a investir nessa expansão de capacidade, evidentemente contavam com um cenário de sólido e vigoroso crescimento interno, provavelmente acompanhado de um processo significativo – e duradouro – de redistribuição de renda, sinalizada pela campanha eleitoral e pelo primeiro ano de governo de FHC. Por mais que a dimensão macroeconômica incluía também um incremento de exportações (o que não é tão simples, pois implica deixar de produzir em algum lugar, como na Bélgica, por exemplo, para se produ-

zir no Paraná, digamos), a expansão do mercado interno é absolutamente fundamental para viabilizar os projetos, individuais e coletivos, de expansão de capacidade da indústria automobilística.

Lamentavelmente, com o passar do tempo – e após todas as decisões de investimento terem sido tomadas e transformadas em projetos palpáveis –, o governo FHC frustrou profundamente as expectativas. Ao priorizar quase exclusivamente a estabilidade monetária, utilizou instrumentos que ferem de morte a atividade produtiva, como o recurso ao capital especulativo internacional travestido de reserva cambial (amarga ilusão) através da manutenção de elevadíssimas

taxas de juro que minam o dinamismo do mercado interno.

Na melhor das hipóteses, neste caso, a geração de emprego a ser considerada seria a da cadeia produtiva como um todo. Mas, de um lado o índice de “conteúdo local” dos veículos aqui produzidos é decrescente; de outro, é crescente a desnacionalização do segmento de autopeças no Brasil. Note-se que, por isto, não cabe mais sequer falar em índice de nacionalização dos veículos aqui produzidos. Deste modo, a compensação

do volume de empregos perdidos nas montadoras é apenas parcial e não se efetiva em território nacional. Quando isto ocorre, o valor agregado pelo emprego local tende a ser menor, pois as atividades de projeto e de alta administração, via de regra, não são duplicadas, concentrando-se nas matrizes das empresas. Outra falha do modelo de “competitividade a qualquer custo”. O custo social não tem preço.

De maneira objetiva, o novo cenário da indústria automobilística no Brasil – que, além dos novos entrantes, inclui a inserção no Mercosul – implica, inequivocamente, um aumento de pressão competitiva sobre as empresas, especialmente sobre aquelas instaladas antes. A redução do volume de emprego, ou dos custos do trabalho (ainda que estes não sejam tão elevados, é importante frisar), passa a ter relevância significativa nas estratégias de sobrevivência em ambiente de acirrada concorrência.

Esta é, provavelmente, a principal razão da qual resulta um movimento bastante concreto (aliás, saudável) de realocação industrial. A fuga do ABC paulista não é um movimento único. O mesmo ocorreu nos Estados Unidos, quando para lá foram as filiais das montadoras japonesas. Elas não se instalaram em Detroit, mas em Greenfield sites, longe da indústria e do sindicalismo tradicional (como o da AFL/CIO), onde práticas produtivas e sindicais típicas do capitalismo moderno não impediriam o desenvolvimento de outras, mais afeitas ao capitalismo contemporâneo. Por exemplo, a especialização, típica da divisão do trabalho taylorista e fordista, estava sendo substituída pela polivalência e pela multifuncionalidade, típicos do toyotismo e da produção enxuta.

Aqui, como lá, o problema está posto: reinventar o quadro de relações trabalhistas no limiar de uma nova etapa do desenvolvimento capitalista. Aqui, entretanto, nossos problemas são agravados. Agravados por uma crise endêmica de nosso capitalismo, que não consegue ser sequer moderno, mas sim selvagem; que não consegue livrar-se de uma posição periférica e submissa em relação aos desvarios do capitalismo financeiro internacional. Grande parte de nossas elites é oligárquica. Quando consegue escapar à sua tradição de feitores escravocratas, torna-se preposta do poder econômico internacional, em que forma for. A atividade empreendedora, preciosa para o desenvolvimento do país, cada vez mais é recurso desesperado de desempregados. Quem quer ser empresário produtivo na atual conjuntura? Vale a pena? Como? Quem consegue ter uma taxa de lucro (oriunda de um empreendimento produtivo) maior do que a escorchante taxa de juros (que é o custo financeiro do dinheiro)? E, se for bem-sucedido, como lidar com a crescente insegurança física, que se materializa no risco de assaltos, seqüestros e em diversas formas de “pedágio” que se pagam à marginalidade social? De um lado o ajuste

O episódio da Ford não deve ser tomado como um caso isolado. É, no mínimo, um farol do que está por vir, especialmente com a recessão sendo aprofundada pela crise atual do país. Urge reinventar o capitalismo no Brasil, de modo a torná-lo viável já no início do século XXI.

taxas de juro que minam o dinamismo do mercado interno.

Para viabilizar os investimentos produtivos e financiar o consumo, é necessário baixar estruturalmente os juros, dignos de agiota, praticados no mercado? É. É necessário redistribuir a renda para ampliar o mercado (isto é, ampliar a capacidade de compra da população como um todo e, consequentemente, o chamado “pólo dinâmico”)? É. Mas, novamente, não se trata só disso.

A verdade é que há uma dimensão tecnológica/organizacional que transcende a dimensão macroeconômica. A utilização, cada vez mais freqüente e mais intensa, de novas tecnologias de automação flexível e de novas formas de organização social da produção, faz com que a indústria, em qualquer lugar do mundo, gere relativamente poucos empregos para um dado volume de produção (ou por unidade de produto). Resulta que a atividade industrial não é mais capaz de gerar postos de traba-

ARTIGO

fiscal, de outro lado o ajuste social.

Tristes trópicos. A oitava economia industrial do mundo é a última em termos de redistribuição de renda. É preciso desmontar, imediatamente, nossa histórica vocação de colonizados, imposta sistematicamente por nossas elites. Esta vocação, ainda presente no limiar do século XXI, está nos transformando em um imenso parque temático. Apesar da beleza e da potencialidade econômica de nossos recursos produtivos, estamos cada vez mais cercados de grades, enjaulados em falsas proteções. A "indústria da segurança", uma das

poucas a florescer - e não pelo mérito do sistema -, garante o trânsito das elites locais e a estadia de nossos visitantes e turistas.

Não é este tipo de atividade econômica que queremos e precisamos fomentar. Não há tempo a perder. Só um ajuste moral, com generosas pitadas de bom senso e um firme compromisso com o bem-estar da sociedade local, poderá provocar o choque de credibilidade, que é condição necessária à retomada (ou à redefinição) de uma trilha de desenvolvimento sustentado para o País.

O episódio da Ford em São

Bernardo, independentemente dos problemas existentes com a estratégia empresarial praticada pela empresa, não deve ser tomado como um caso isolado. É, no mínimo, um farol do que está por vir, especialmente com a recessão sendo aprofundada dramaticamente pela atual crise cambial/financeira do país. Insisto: por mais que essas demissões possam traduzir motivos específicos da própria empresa (e traduzem), sua solução é, em última instância, um desafio para todos nós.

Urge reinventar o capitalismo no Brasil, de modo a torná-lo viável -

acima de tudo para as pessoas que nele habitam - já no início do século XXI. Romper com as formas arcaicas e alienadas de poder que dominam a economia e a política brasileira é, evidentemente, um grande desafio. Não obstante, neste momento, a alternativa é o aumento da turbulência que leva ao caos social.

José Ricardo Tauile é professor-titular do Instituto de Economia da UFRJ. Uma primeira versão deste artigo, publicada no *Jornal do Brasil* de 8 de janeiro de 1999, beneficiou-se de uma discussão com Jorge Fagundes, a quem agradeço mas isento de qualquer responsabilidade pelas idéias aqui expostas.

ECONOMISTAS

Aspectos Legais da Profissão

Dando prosseguimento à linha de atuação do Conselho Federal de Economia, priorizando a ampla divulgação das informações inerentes à categoria dos Economistas, o Cofecon lançou um *folder* esclarecendo de forma objetiva, tanto à própria categoria quanto à sociedade de modo geral, os aspectos legais que regem a profissão, sua atuação e estrutura das entidades representativas. O folheto apresenta um sumário da legislação que disciplina o exercício profissional, os objetivos e formas de atuação das entidades que compõem o Sistema Cofecon/Corecons. Essa publicação é uma versão revisada e atualizada de documento similar editado em 1985.

QUESTÃO SOCIAL

Não estamos cumprindo com nosso dever

A um passo do novo milênio, as palavras do escritor José Saramago caem como uma luva. Alguém não está fazendo o que deve fazer, disse ele em seu discurso, ao receber o Prêmio Nobel de Literatura. Autor de livros de grande sucesso entre nós - *Ensaio sobre a cegueira* e *O evangelho segundo Jesus Cristo*, entre outros - Saramago não poupa os governos quando se refere à questão social. O *Jornal dos Economistas* reproduz aqui o discurso de Saramago - um verdadeiro puxão de orelha em todos nós.

"(...) Cumpriram-se 50 anos sobre a assinatura da Declaração dos Direitos Humanos. (...) Neste meio século não parece que os governos tenham feito pelos direitos humanos tudo aquilo a que moralmente estavam obrigados. As injustiças multiplicam-se, as desigualdades agravam-se, a ignorância cresce, a miséria alastra. A mesma esquizofrênica humanidade capaz de enviar instrumentos a um planeta para estudar a composição das suas rochas assiste indiferente à morte de milhões de pessoas pela fome. Chega-se mais facilmente a Marte do que ao nosso semelhante.

Alguém não anda a cumprir o seu dever. Não andam a cumpri-lo os governos, porque não sabem, porque não podem, ou porque não querem. Ou porque não lhes permitem aquelas que efetivamente governam o mundo, as empresas multinacionais e pluricontinentais cujo poder, absolutamente não democrático, reduziu a quase nada o que ainda restava do ideal da democracia. Mas também não estão a cumprir o seu dever os cidadãos que somos. Pensamos que nenhuns direitos humanos poderão subsistir sem a simetria dos deveres que lhes correspondem e que não é de esperar que os governos façam nos próximos 50 anos o que não fizeram nestes que comemoramos. Tomemos então, nós, cidadãos comuns, a palavra. Com a mesma veemência com que reivindicamos direitos, reivindicuemos também o dever dos nossos deveres. Talvez o mundo possa tornar-se um pouco melhor."

FIQUE POR DENTRO

VALOR REFERENCIAL DE HONORÁRIOS - O VRH está fixado em R\$ 0,70 (setenta centavos de Real) para o mês de fevereiro.

RESOLUÇÃO

Assumiu a presidência do Corecon/RJ, Eduardo Mendes Callado, substituindo Adhemar Mineiro, e a vice-presidência, Reinaldo Gonçalves, eleitos pela plenária para a gestão 99. Também foi renovada a composição do conselho, em resolução de 6 de janeiro. O quadro de conselheiros do Corecon/RJ, agora, é a seguinte:

CONSELHEIROS-EFETIVOS:	CONSELHEIROS-SUPLENTE:
1º Terço - 99/2001	1º Terço - 99/2001
João Paulo de Almeida Magalhães	Nelson Chalfun Homsy
Ronaldo Raemy Rangel	Enilce Leite Mello
Eduardo Mendes Callado	
2º Terço - 97/99	2º Terço - 97/99
Maria José Cyhlar Monteiro	Mauro Osório da Silva
João Manoel Gonçalves Barbosa	Paulo Sérgio Souto
Reinaldo Gonçalves	Sandra Maria de C. Souza
3º Terço - 98/2000	3º Terço - 98/2000
Carlos Francisco T.M.R. Lessa	Luiz Mário Behnken
José Clemente de Oliveira	Nelson Victor Le Cocq
Sidney Pascountto da Rocha	José Antônio Lutterbach Soares

NOVO TELEFONE

A partir de 20 DE FEVEREIRO, o Corecon/RJ terá novo número de telefone 232-8178.

ARTIGO

por Lauro Vieira de Faria

Fim do Artificialismo

A maxidesvalorização do Real e a posterior instauração do regime de "livre" flutuação do câmbio só surpreenderam os incautos ou os ingênuos. A situação anterior era completamente artificial. É preciso entender bem o seguinte: a estabilidade cambial e monetária só pode ser mantida se existe estabilidade financeira. Ou seja, se os níveis de endividamento interno e externo não crescem até um ponto de virtual rompimento. Foi justamente isso que não ocorreu de 1994 para cá: a dívida pública mobiliária aumentou aproximadamente cinco (!) vezes de (R\$62 bilhões para R\$314 bilhões) e o passivo externo do Brasil cresceu em US\$100 bilhões, aproximadamente. O pior é que tudo isso aconteceu, em grande medida, para financiar a expansão do consumo, pois os investimentos, no agregado, pouco cresceram. A precária estabilidade cambial era mantida por meio da imposição, pelo Banco Central, de taxas de juros verdadeiramente demolidoras de qualquer atividade econômica lícita em qualquer país. Não era preciso ser economista para saber que, mais cedo ou mais tarde, isso iria acabar mal - como, de fato, acabou.

Estamos agora, portanto, de volta à (dura) normalidade. Teremos as taxas nominais de juros, de inflação e de depreciação cambial condizentes com a relativa ordem (ou desordem) financeira do país. Se formos capazes de reduzir fortemente ou (melhor até) eliminar os déficits fiscais e externos, controlar a emissão de moeda e honrar as dívidas, sairemos bem da atual enrascada. Caso contrário, o câmbio continuará se depreciando e a inflação voltará com força.

Por isso, não partilhamos inteiramente do otimismo de parte do público com a recente maxidesvalorização do real e a livre flutuação. A saída do regime cambial anterior exigia um ordenamento que não foi cumprido. Primeiro, havia que decidir qual seria o novo regime cambial e determinar os procedimentos operacionais, por parte do Banco Central, adequados à pilotagem desse novo sistema; segundo, o ajuste fiscal deve-

ria estar previamente aprovado; terceiro, tínhamos de assegurar apoio financeiro externo para a mudança.

O que vimos não foi nada disso. A política cambial foi alterada sem que tivéssemos o colateral das medidas restritivas na área fiscal e numa situação de rebeldia dos estados com referência ao pagamento de suas dívidas com a União. Ademais, o primeiro movimento - desvalorização de apenas 8% e criação de um complicado mecanismo de faixa deslizante, ajustável a cada três (!) dias - não obteve credibilidade e teve de ser rapidamente substituído, sob pena de fazer esgotar as reservas internacionais do Banco Central. A consequência foi que, de fato, as autoridades conseguiram desmoralizar a própria idéia de flutuação cambial restrita por faixas largas e tiveram de passar ao câmbio flutuante.

É relativamente simples fazer política monetária em regimes de câmbio fixo ou rígido, mas o mesmo não se dá no sistema de câmbio flutuante. No primeiro, se por qualquer razão (piora de termos de troca, inflação doméstica, aumento de taxas de juros no exterior, etc.) há um excesso de demanda por moeda estrangeira, o Banco Central deve vender câmbio, de modo a equilibrar o mercado e manter a paridade.

Se o defluxo de moeda externa não for eliminado dessa forma, a saída mais comum é o Banco Central subir as taxas de juros internas, de forma a atrair investimentos do exterior e manter dentro do país os investimentos existentes. No regime de câmbio fixo, a âncora nominal da economia é próprio valor do câmbio. No de câmbio flutuante, não há, *a priori*, tal âncora.

Por isso, este regime exige um grau de sofisticação muito maior na administração da política monetária. Existem basicamente duas alternativas: a imposição de metas monetárias ou o estabelecimento de metas de inflação. Em ambos os casos, o que se busca são "âncoras" nominais que estabeleçam limites nominais para o câmbio e os preços. Sem a imposição de metas de inflação ou monetárias,

os níveis nominais de preços da economia se tornam indeterminados. Dito em bom português, se os agentes econômicos não têm indicações seguras das taxas de emissão monetária ou de inflação que o governo considera toleráveis, ou se desconfia que o alcance de tais taxas não é factível, eles tenderão a depreciar continuamente a moeda nacional. Numa situação de grande incerteza, o câmbio e os preços podem subir ilimitadamente e um processo inflacionário virulento pode ocorrer. (Obviamente, *il va de soi*, sem ordenamento fiscal não há mágica possível em matéria de política monetária ou cambial.)

Entretanto, estabelecer e implementar metas monetárias ou de inflação não é tarefa simples. Requer do Banco Central conhecimento detalhado da procura por moeda e dos mecanismos de transmissão das taxas de juros para o câmbio e deste para o nível de atividade e a taxa de inflação. Requer também avaliação detalhada dos demais indicadores relevantes da economia e, finalmente, o estabelecimento de um "corredor" de taxas de juros de curto prazo para o alcance das metas de inflação ou de emissão de moeda.

Atualmente, existe uma programação monetária para 1999. Feita em 1998, ela está certamente ultrapassada pelos fatos. Ademais, porque não fazia parte da lógica do regime, durante a vigência do câmbio rígido o BC nunca levou a sério tal programação. Agora é diferente. Mas, infelizmente, desde a mudança do regime cambial até o momento (4 de fevereiro de 1999), a autoridade monetária não explicitou novas metas monetárias ou de inflação que indiquem aos agentes econômicos a existência de um limite de alta para o dólar. Assim, não causa surpresa o processo de elevação exagerada do preço da moeda estrangeira (*overshooting*). Já está mais do que na hora do Banco Central se pronunciar a esse respeito e é, precisamente, isso que se espera do seu novo presidente. Com os endividamentos público e externo contestados, sem a certeza de ajuste fiscal

e sem o estabelecimento de metas nominais (monetárias ou de inflação), a mudança para o sistema de câmbio flutuante cria novos elementos de incerteza, que poderão custar muito caro ao país.

Estará tudo perdido? Obviamente, não. A maxidesvalorização do Real e a flutuação do câmbio são dois passos (inevitáveis e, portanto, necessários) no sentido de baixar as taxas internas de juros e abrir um espaço de crescimento econômico (que não havia antes). Nas condições atuais da economia brasileira, se houver controle monetário e fiscal, tais ajustes não teriam um efeito dramático sobre a inflação. A economia já está em recessão, o que significa que o repasse da maxidesvalorização para os preços dos bens transacionáveis com o exterior não é automático; os esquemas de indexação generalizada e a curto prazo do passado foram praticamente destruídos; *ergo*, os preços de serviços, salários e rendas não diretamente ligadas ao setor externo não têm por que aumentar devido ao acréscimo de preços daqueles bens; finalmente, a participação do comércio exterior (importações mais exportações) no total da economia brasileira é pequena (uns 15%). Isso significa que o impacto direto de uma desvalorização de 40% sobre os preços internos seria de apenas 6%.

Mas esses fatores positivos não são suficientes. Se o Brasil continuar gastando muito mais do que poupando, o câmbio não se estabilizará e, por causa disso, as taxas de juros não baixarão; se o setor público continuar com déficits de mais de 8% do PIB, o mesmo ocorrerá; se o Banco Central não se comprometer com metas de inflação ou monetárias críveis, *idem*; e se os governos insistirem na tecla das moratórias das dívidas, *ibidem*. Portanto, ainda há muito a fazer para baixar as taxas de juros e permitir que a liberação cambial propicie todos os seus frutos em termos de crescimento econômico e criação de empregos.

Lauro Vieira de Faria é economista e redator-chefe da revista *Conjuntura Econômica*.

CENSO

Resultados mostram aposta na qualidade

Apesar das dificuldades econômicas, a clientela dos cursos de Economia ainda coloca a qualidade acima do fator preço. Esta foi uma das conclusões a que chegou o Censo Qualificado dos Cursos de Graduação em Economia, que encerrou sua primeira etapa. Os resultados preliminares foram encaminhados, pelo presidente do Cofecon - Gestão 98 - Luiz Carlos Delorme Prado, em dezembro, aos dirigentes dos cursos de graduação em economia das universidades brasileiras. O trabalho está sendo distribuído em disquetes, em versões Word e Excel, para assegurar amplo acesso.

A versão divulgada compreende a primeira tabulação dos principais dados da pesquisa quantitativa. Todo o material também está disponível nas páginas do Cofecon (www.cofecon.org.br) e da Ange (www.race.ie.ufrj.br) na Internet.

Numa segunda etapa, o Cofecon e a Ange pretendem construir um quadro de análise qualitativa, visando a conclusão do Censo. Nessa etapa, mais uma vez, a participação dos dirigentes dos cursos de graduação será indispensável para o sucesso do trabalho.

O que é o censo

O Sistema de Conselhos de Economia (Cofecon/Corecons) e a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia (Ange), em parceria, vêm desenvolvendo o Censo Qualificado do Ensino de Graduação em Economia no Brasil, com o objetivo de levantar (e analisar), além da identificação e dos dados gerais dos cursos, as condições de infra-estrutura, organização curricular, formação e capacitação docente, biblioteca e laboratórios, monografia, treinamento suplementar e recursos de suporte ao curso.

Considerando-se o contexto em que o sistema de avaliação do ensino

superior vem sendo implementado pelo MEC, o Censo Qualificado mostra-se bastante oportuno, na medida em que abarca dados informativos e indicadores, aos quais poderão se somar aqueles do Exame Nacional de Cursos-1999 (o chamado "provão"), promovido pelo Instituto de Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), em cuja quarta edição está inserida a área de Economia (Portaria Ministerial nº 560, de 25 de junho de 1998).

O Censo Qualificado não hierarquiza as instituições de ensino superior (IES), não as pontua e nem as mensura. Seu objetivo não está em estabelecer um *ranking* dos cursos. Ele é um documento de informação estratégica, com o qual se podem apontar caminhos para os agentes envolvidos com o ensino de Economia.

Relatório quantitativo

O Censo Qualificado traz resultados de 119 IES (58% das indagadas). Com base na amostra, pode-se identificar a distribuição dos alunos de Economia nas diversas regiões do país. O maior contingente de economistas nos próximos anos será formado no eixo Sul-Sudeste, egresso de IES particulares.

A distinção entre IES públicas e IES privadas, embora secundária para os objetivos gerais do Censo Qualificado, tem, no momento, uma razão específica de ser. Frequentemente, interpreta-se que os cursos de graduação em Economia vêm passando por uma crise de demanda que seria provocada por aspectos estruturais relacionados à queda de prestígio da profissão de economista.

Ainda como causa da queda de demanda, apresentam-se argumentos que falam da "rigidez" do curso, derivada de "restrições" da Resolução CFE nº 11/84 que impõe, por exemplo, a obrigatoriedade de prazo mínimo de cinco anos para a integrali-

zação dos cursos majoritariamente noturnos.

Em que pese a importância de tais argumentos, os dados do Censo Qualificado - associados a informações divulgadas pelo MEC e a pesquisas realizadas pelo Cofecon quanto à dinâmica do mercado de trabalho para os economistas - permitem observar forte inconsistência nessas alegações.

Quanto à primeira hipótese - de que há uma crise estrutural na profissão -, é possível afirmar que o mercado de trabalho para o economista profissional, embora concentrado em algumas regiões do país, tem-se mostrado em expansão e com remunerações superiores às demais "profissões liberais" (cf. *Os economistas brasileiros: perfil, mercado de trabalho e opiniões*, Cofecon, 1997).

Também não se mostra consistente a assertiva de que a demanda pelos cursos de Economia é insuficiente para equilibrar a dimensão da oferta. Com efeito, o número total de candidatos aos cursos de graduação em Economia no país (ao menos para o período examinado) é maior do que o total de vagas oferecidas. O que ocorre é uma imensa concentração de candidatos, exclusivamente, para determinadas IES; além disso, os excedentes desses cursos não migram para outros, impondo, para esses casos, uma relação candidato/vaga inferior a um.

Em contrapartida, os cursos mais procurados não são nem necessariamente, muito menos exclusivamente, os oferecidos por IES públicas. A questão do preço, inegavelmente forte elemento de contração da demanda, pode ser examinada à luz de outros elementos.

É, contudo, curioso que uma das IES examinadas, independentemente da expansão de preço, manteve permanentemente elevada a relação candidato/vaga, o que indica, embora de forma intuitiva, que não é, ape-

nas e necessariamente, a variável preço que determina a demanda, mas possivelmente a qualidade do curso. A sociedade não é, no caso de cursos de graduação em Economia, fortemente demandante por preço, e sim por qualidade.

Conclusões

As principais conclusões preliminares, que certamente serão aprofundadas, são:

- A Resolução CFE nº 11/84 cumpre seu papel de estimular a busca da qualidade nos cursos de graduação em Economia e não parece ser um elemento impeditivo nem nesse sentido, nem no sentido de influenciar negativamente a demanda pelos cursos;

- A sociedade brasileira deseja cursos vinculados a projetos de qualidade - em princípio, não há restrições de que tais serviços sejam cobrados, desde que condicionados a parâmetros de qualidade e compromissos com o caráter público do ensino;

- Reafirma-se, portanto, que é o caráter público da IES, quer seja ela pública ou privada, que garante a sobrevivência de seus cursos e sua inserção e aceitação pela comunidade de que a cerca.

Tudo na Internet

O Censo Qualificado está disponível aos interessados nos sites do Cofecon (www.cofecon.org.br) e da Ange (www.race.nuca.ie.ufrj.br/ange), e seus detalhes podem ser obtidos junto à diretoria da Ange (dir-ange@listas.ie.ufrj.br) e equipe técnica do Cofecon (cpe@cofecon.org.br). Os dados pertinentes a cada IES em relação ao conjunto poderão ser disponibilizados para análise, bastando que a IES interessada formalize pedido ao Cofecon ou à Ange, através de correspondência ou de mensagem aos E-mail acima mencionados.

ECONOMISTAS NA ARGENTINA**III Encontro Internacional de Economia**

De 10 a 14 de agosto deste ano realiza-se em Córdoba, na Argentina, o III Encontro Internacional de Economia, com a presença dos professores James Buchanan, Amartya Sen, Gary Backer, Gerard de Bernis, Stephen Smith, Camilo Dagum, Julio H.G. Oliveira e Aldo Ferrer, entre outros. O encontro é promovido pelo Centro de Investigações Econômicas de Córdoba. Mais informações pelo e-mail: luchodim@eco.uncor.edu.

PROMOÇÃO

A Livraria FGV está oferecendo os livros abaixo como promoção aos economistas do Corecon/RJ:

- *Dinâmica Macroeconômica*, de Mário Henrique Simonsen, McGraw-Hill, de R\$ 25,00 por R\$ 20,00.
- *Macroeconomia*, de Mário Henrique Simonsen e Rubens Penha Cysne, por R\$ 10,00.

Livraria FGV - Praia de Botafogo, 188 - Rio de Janeiro - RJ

BALANÇO

Balanço do Ano de 1998

Gestão: Adhemar dos Santos Mineiro - Presidente • Reinaldo Gonçalves - Vice-Presidente

Há algum tempo, temos a definição estratégica de que o Sistema Cofecon-Corecons deve privilegiar a oferta de serviços a seus associados, ao mesmo tempo em que as entidades de economistas do Rio de Janeiro representem a categoria na busca de um projeto alternativo para o país. Tal projeto deve privilegiar a democracia, a ampliação da cidadania e a retomada do desenvolvimento centrada na distribuição de renda e na montagem de uma oferta de serviços públicos, que permitam ao Brasil reduzir drasticamente suas dramáticas diferenças sociais. Sobre esses dois pilares buscou-se estruturar o trabalho da entidade no período recente.

Dentro desta estratégia, que vem sendo adotada no últimos quatro anos pelo Conselho Regional de Economia - 1ª Região (Corecon-RJ), as atividades do ano de 1998 se centraram em três grandes áreas: a reestruturação física e administrativa da entidade, a expansão de atividades e serviços à disposição dos economistas fluminenses, integrando a categoria, e a busca da afirmação social da categoria dos economistas. Em todas as atividades, se buscou caminhar ainda e cada vez mais na integração orgânica com as demais entidades de economistas do Rio de Janeiro, a saber, o Sindicato dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Sindecon-RJ) e o Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Ierj).

Na área administrativa, dois pontos devem ser realçados como de máxima importância no período. O primeiro deles, a compra de 16º andar do prédio onde funciona o Corecon-RJ, para que aí seja construído o nosso espaço de atuação conjunta - a Casa do Economista -, onde funcionem as três entidades ao mesmo tempo e se tenha espaço para a realização de palestras, cursos, convivência e apoio à categoria, inclusive na área de informática. Além da compra, realizamos, juntamente com o Instituto dos Arquitetos do Brasil e o Sindicato dos Arquitetos do Rio de Janeiro, um concurso para escolher o projeto da Casa do Economista. Ele já foi concluído e deverá ser executado este ano. Além do andar no Rio de Janeiro, deve ser ressaltada a compra de uma sala em Campos (norte do Estado), onde deverá funcionar uma Casa do Economista local para atender aos economistas das regiões Norte e

Noroeste do estado, e os estudos para a efetivação dessa experiência também em Petrópolis, para atender à Região Serrana, e no Sul do Estado. A efetivação desses espaços, além de proporcionar serviços e convivência à categoria, deve servir para ajudar a aumentar o interesse de novos e futuros profissionais pela profissão, já que a recente pesquisa sobre o Perfil do Economista no Rio de Janeiro identificou que o principal elemento para a escolha da profissão é a afinidade com os temas e o debate profissional. É isso que a Casa do Economista vai ajudar a impulsionar nas diversas regiões do estado.

O segundo ponto importante na área administrativa diz respeito à reestruturação administrativa do Conselho, levando-se a cabo simultaneamente o Programa de Incentivo à Aposentadoria, que resultou na aposentadoria de 20% dos funcionários do Conselho, da contratação de secretários de área e do novo secretário-executivo, na estruturação mais eficiente de uma assessoria jurídica e na implementação de cargos e salários definidos anteriormente, resultando na configuração da máquina administrativa, que deve aumentar a agilidade e a modernização no atendimento à categoria. Concomitante a esse processo, se leva adiante um programa de informatização progressiva das atividades da entidade. A modernização e a informatização devem também permitir, em período curto, a agilização das atividades de fiscalização e registro, ao mesmo tempo em que a negociação das cobranças em atraso também é levada adiante.

Na área de ampliação de atividades e serviços à categoria, além da continuidade de atividades como a bolsa de empregos e vários cursos (ver quadro) e de debates, seminários e publicações para o entendimento da realidade brasileira (ver quadro), deve ser ressaltado o estreitamento de atividades com os estudantes de economia, que representam o futuro da categoria (ver quadro); o estreitamento de atividades com a comunidade acadêmica da área de economia, envolvendo vários centros de reflexão de diferentes matrizes de pensamento e, para viabilizar a reciclagem e o estreitamento profissional, a estruturação de um grande projeto de reciclagem e aperfeiçoamento profissional a ser financiado com recursos do FAT no âmbito do Siste-

ma Cofecon-Corecons. Finalmente, na área de afirmação na categoria profissional dos economistas junto ao conjunto da comunidade, passos importantes foram dados. A grande definição crítica da categoria em relação aos rumos do Plano Real permitiu que, ao menos desta vez, os destinos dos profissionais de economia se desvinculasse das opções dos formuladores da política econômica oficial, o que foi identificado na pesquisa de perfil profissional como um dos grandes elementos negativos para a imagem da categoria. O crescimento da projeção social dos economistas, através da ocupação do espaço de mídia em geral com posições diferenciadas, a afirmação do nosso *Jornal dos Economistas*, o lançamento de diversas publicações, a efetivação de parcerias que viabilizaram os programas de rádio (Faixa Livre) e TV (Debate Brasil), a *homepage* (<http://www.economistas.com.br>) foram algumas dessas atividades. Isso não seria possível sem as parcerias efetivadas no período recente, e que também resultaram na nossa participação em uma série de associações e redes, com o Movimento de Defesa da Economia Nacional (Modecon), a Rede Brasil de Instituições Financeiras Multilaterais, a Rede de Solidariedade e outras, no âmbito nacional e internacional.

A culminância de todo esse processo deve ser a efetivação, em setembro deste ano, do Congresso Brasileiro de Economistas e do Congresso de Economistas da América Latina e do Caribe, no Rio de Janeiro, eventos em que estamos fortemente empenhados desde o final de 1997 e para o qual já estão convidados a ajudar na organização, divulgação e a participar todos os economistas do Rio de Janeiro.

Cursos

- ANPEC - de março a outubro - 21 alunos.
- ORÇIM (Sistema de Orçamento Integrado para Avaliação de Empresas) - 01 a 15 de junho - 2 alunos.
- Perícia Econômica - 07 e 08 de agosto - 30 alunos.
- Perícia Trabalhista - 18, 19, 21 e 25 de setembro - 15 alunos.

Seminários

Em 1998, foram realizados os seguintes encontros:

- III Eneoste. Realizado nos dias

4, 5 e 6 de junho, pelo Corecon-DF e Sindecon-DF. Co-promotores: Corecons de GO, TO, MT, MS, RO e AC. Apoio: Cofecon, Codeplan, Gazeta Mercantil, Sebrae, Secretaria de Turismo (GDE) e BRB.

- Debate sobre Piero Sraffa. Realizado no dia 11 de junho, pelas entidades dos economistas do Rio de Janeiro - Corecon, Ierj e Sindecon - e a Sociedade de Economia Política.

- Seminário "Desemprego: desafios e perspectivas na virada do século". Realizado nos dias 1º e 2 de setembro. Promoção: Corecon-RJ, IERJ, Sindecon, Instituto de Economia da UFRJ, ABET, Cofecon e Clube de Engenharia. Apoio: Dieese.

- Seminário "Novas Dimensões da Globalização", realizado nos dias 9, 10 e 11 de setembro. Promoção: Cofecon, Corecon-RJ, Sindecon-RJ, Ierj, Colégio Brasil, Cátedra Unesco e Rede Unesco, Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável, Nuseg/UERJ. Apoio: Clube de Engenharia.

- Seminário "Perspectivas para o Sistema Financeiro Nacional", realizado no dia 20 de novembro. Promoção: Nefin/UCAM e Conselho Regional de Economia - RJ. Apoio: Andima, Ierj e Sindecon.

- Apresentação do *Panorama Social da América Latina*, realizado no Rio de Janeiro, no dia 5 de novembro pelo Cofecon e Corecon-RJ com apoio do Departamento de Ciências Econômicas e Mestrado em Análise Regional - Unifacs.

- Apresentação do *Balanço preliminar da economia da América Latina e do Caribe* e do *Panorama da inserção internacional da América Latina e do Caribe*, realizado no dia 16 de abril pelas entidades dos economistas do Rio de Janeiro, com apoio do Clube de Engenharia.

- Debate "Democracia, participação e dimensão social no Mercosul: pela construção de uma rede brasileira frente ao livre comércio", painéis públicos em colaboração com Clube de Engenharia, CUT, Fase, Ibase, Ierj e Sindecon/RJ. Em 8 e 9 de dezembro.

Publicações

- Lançamento do livro *A estratégia dos bancos multilaterais para o Brasil - análise crítica e documentos inéditos*. Realização em maio, pelas entidades

BALANÇO

dos economistas do Rio de Janeiro e a Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais (que editou a publicação).

- Lançamento do livro *Visões da Crise*. Em colaboração com Ierj e Sindecon. Realizado no dia 1º de dezembro, no Rio de Janeiro e 2 de dezembro, em Brasília pelas entidades dos economistas do Rio de Janeiro e Editora Contraponto.

- Lançamento do *Informe sobre investimentos estrangeiros na América*

Latina e Caribe no dia 14 de dezembro. Realização: Entidades dos economistas do Rio de Janeiro e Cepal.

- Lançamento dos *Cadernos de Política Monetária e Mercado Financeiro*, em colaboração com Ierj e Sindecon.

- Lançamento do *Perfil dos Economistas* em colaboração com Ierj e Sindecon.

- Lançamento do *Guia dos consultores em Economia*, em colabora-

ção com Ierj e Sindecon.

- Lançamento do livro *Ensino de Economia: questões práticas e empíricas*, em colaboração com Ierj e Sindecon.

- Lançamento no Rio de Janeiro do livro *Los Retos de la Globalización: ensayos en homenaje a Theotônio dos Santos*, Editora da Unesco.

- Lançamento do folder sobre a profissão de economista, edição atualizada e revisada da primeira edição de 1985.

- 12 edições do *Jornal dos Economistas*.

Relação com os estudantes

- Realização do IX Prêmio de Monografia. 15 de setembro e 14 de dezembro pelo Conselho Regional de Economia - RJ em colaboração com Ierj e Sindecon.

- Lançamento do livro reunindo os trabalhos premiados no VIII Prêmio de Monografia, em colaboração com Ierj e Sindecon.

DOCUMENTO

Recolhimento da Contribuição Sindical

Estamos encaminhando junto desta edição do *Jornal dos Economistas*, a Guia de Recolhimento da Contribuição Sindical (GRCS). Como se sabe, trata-se de uma contribuição compulsória, instituída ainda no governo Vargas, recolhida pela Caixa Econômica Federal, que repassa 60% da receita para os sindicatos. Os outros 40% vão para a Federação dos Economistas, a CNPL e o Ministério do Trabalho.

Os economistas, assim como todos os profissionais liberais, têm duas alternativas: recolher na CEF para o Sindecon/RJ a contribuição sindical até o dia 26 de fevereiro de 1999, no valor de R\$ 39,00, contribuição válida para todo o ano, ou sofrer desconto em folha de pagamento do valor correspondente a um dia de trabalho no mês de março (3,33% do salário bruto).

A diretoria do Sindecon/RJ informa aos economistas do estado do Rio de Janeiro que sempre se posicionou contra este recolhimento compulsório e, a seus associados, comunica que a quota-parte do sindicato será devolvida àqueles que se encontram em dia com suas contribuições estatutárias.

Diretoria Colegiada - Sindecon/RJ

JORNAL

Contrato de Promoção e Participação

A *Gazeta Mercantil* deseja falar com os economistas. O objetivo é oferecer-lhes a assinatura do jornal com desconto, vantagem que foi obtida graças à parceria firmada entre o Corecon-RJ e a *Gazeta Mercantil S.A.*, em contrato assinado em 14 de setembro de 1998. Pelo que prevê esta parceria, o *Jornal dos Economistas* veicula, a partir deste número, encarte anunciando as assinaturas e autoriza a *Gazeta* a distribuir exemplares de propaganda em seus eventos.

Uma das contrapartidas do acordo prevê, ainda, que o Corecon-RJ repasse para a *Gazeta Mercantil*, os nomes e os telefones dos economistas registrados na entidade, para que a oferta seja feita diretamente aos interessados.

No entanto, para que seja respeitada a privacidade de cada um, o Corecon só cederá os nomes e telefones daqueles que a isso não se opuserem.

Se você não quer ser procurado por telefone pela *Gazeta Mercantil*, comunique-se com o Corecon-RJ e seu nome será retirado da lista.

Telefone: (021) 224 0578 - das 14 às 19 horas, com Viviane.

ANPEC

O Instituto dos Economistas do Estado do Rio de Janeiro (Ierj) promoverá em 1999, pelo décimo quarto ano consecutivo, o curso de Reciclagem ANPEC.

Terça-feira

Matemática (18:30 às 20:30 horas) - prof. Arnaldo Struzberg

Estatística (20:30 às 22:30 horas) - prof. Atílio Guaspary

Quarta-feira

Macroeconomia (18:30 às 20:30 horas) - prof. Antonio C. de J. Assumpção

Microeconomia (20:30 às 22:30 horas) - prof. Mauro Plattek

Quinta-feira

Matemática (18:30 às 20:30 horas) - prof. Arnaldo Struzberg

Economia Brasileira (20:30 às 22:30 horas) - prof. José Antonio P. de Souza

Período de realização: início - primeira semana de março de 1999
término - segunda quinzena de outubro de 1999

Custo: Matrícula: sócios, R\$ 120,00; não sócios, R\$ 130,00
Mensalidade: sócios, R\$ 220,00; R\$ 1.700,00 à vista ou 2 x R\$ 875,00
Mensalidade: sócios, R\$ 255,00; R\$ 1.930,00 à vista ou 2 x R\$ 1.000,00

As mensalidades deverão ser pagas até o dia 05 (cinco) de cada mês. Os pagamentos em atraso até o dia 10 (dez) terão acréscimo de 10%. Esclarecemos que as cópias xerox que forem utilizadas durante o curso não estarão incorporadas na mensalidade. No ato da inscrição será cobrada a primeira mensalidade.

Informações: Secretaria do Ierj - Av. Rio Branco, 109, 19º andar
Centro - Tels. (021) 509-1077 e 224-0578

CONGRESSO

Teoria para o Desenvolvimento via Internet

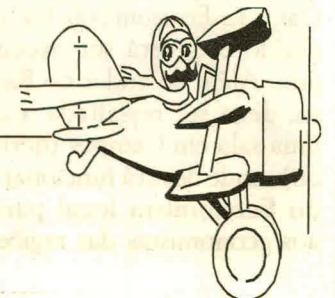
Com uma chamada para trabalhos a distância, realiza-se este ano o I Congresso Latino-americano de Teoria Econômica para o Desenvolvimento, promovido pelo Instituto de Investigações Econômicas da Universidade Nacional Autónoma do México. A partir de 1º de março ocorrem os trabalhos de pesquisa individuais, coordenados à distância pela equipe do congresso, via Internet, correio eletrônico, videoconferências, fax, telefone e correio. Ao final de um ano, os participantes se reunirão na cidade do México para elaborar as versões finais dos trabalhos. São as seguintes as áreas temáticas contempladas: bem-estar, distribuição e justiça social; educação, emprego, trabalho, relações de trabalho e seguridade social; eficiência econômica, endogeneização e diferenciação tecnológica e crescimento; demografia, desenvolvimento regional e urbano; sustentabilidade; integração regional real e monetária; financiamento do desenvolvimento; instituições para o desenvolvimento e novas relações Estado-sociedade civil; reforma do Estado e crítica da teoria. As inscrições se encerram em 28 de fevereiro e os trabalhos serão a base para a publicação *Fundamentos teóricos e critérios de política econômica para o desenvolvimento da América Latina*.

Mais informações, fone: (5) 623 0141/0147/0007. Fax: (5) 623 1028/0129. Ou a página <http://www.unam.mx/iee>, e ainda o e-mail: secacd@servidor.unam.mx

NOVO TELEFONE

A partir de 20 DE FEVEREIRO,
o Corecon/RJ terá novo número de telefone

232-8178



LANÇAMENTOS



Visões da Crise

As entidades dos economistas no Rio de Janeiro - Corecon-RJ, IERJ e Sindecon - e a Editora Contraponto lançaram o livro *Visões da Crise*, organizado por Adhemar dos Santos Mineiro, Luiz Antônio Elias e César Benjamin, que reúne entrevistas com alguns dos mais importantes intelectuais do Brasil e da América Latina. Coletadas pelo *Jornal dos Economistas* desde maio de 1997, as entrevistas preservam insuperável atualidade. Celso Furtado, René Armand Dreifuss, Aldo Ferrer, Severino Cabral, Osvaldo Sunkel, Fernando Rezende, Samuel Pinheiro Guimarães, Milton Santos, Carlos Lessa, Paulo Nogueira Batista Jr., Antônio Barros de Castro, Antônio Delfim Netto, Tânia Bacelar de Araújo e Maria da Conceição Tavares debatem neste livro questões decisivas, exibindo rara combinação de profundidade e clareza. Sempre em busca de uma visão ampla dos processos em curso, ensinam, antes de tudo, que o destino do Brasil não pode ser jogado na mesa do cassino global. Discutem principalmente economia, mas falam também de projeto, território, história, identidade, cultura e povo.

Este é um livro para cidadãos que rejeitam o conformismo. Para leitores que apreciam um cardápio variado de temas e enfoques. Cada entrevista registra reflexões sobre temas econômicos e sociais que dominam o debate nacional nestes anos 90. É um achado para qualquer cidadão interessado em ter acesso a reflexões críticas sobre os destinos do Brasil e da economia global. As quatorze entrevistas trazem reflexões geradas a partir de diferentes enfoques ideológicos. Neste time de pensadores, o ecumenismo é uma espécie de marca registrada. Os entrevistados tratam de temas de enorme complexidade, nos quais se entrelaçam as realidades nacionais e mundiais, mas usam uma linguagem compreensível, clara, coloquial.

Visões da Crise é uma contribuição de valor inestimável para quem acredita que, ao longo do século XXI, o Brasil poderá proporcionar surpresas agradáveis aos seus habitantes. Como, por exemplo, transformá-los em cidadãos identificados com o país em que vivem e, ao mesmo tempo, preocupados em contribuir para a construção de um mundo menos desigual. O livro está à venda na Biblioteca do Corecon. Os economistas em dia com a anuidade junto ao Corecon/RJ podem adquiri-lo com desconto por R\$ 13,00.

Vinte anos de política econômica

Uma coletânea de artigos plural e de alto nível, que trata de diferentes aspectos da economia brasileira, comemora os vinte anos de existência do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj). Os autores são os nove profissionais que exerceram a presidência da entidade: Pedro Malan, Maria da Conceição Tavares, Antônio Barros de Castro, Carlos Lessa (com Fábio Sá Earp), Ricardo Bielschowsky, Sulamis Dain, José Márcio Ca-margo, Reinaldo Gonçalves e João Paulo de Almeida Magalhães.

Pedro Malan contribuiu com três textos, que mostram a evolução de seu pensamento desde 1980 até 1998. Antônio Barros de Castro analisa de forma desapassionada as mudanças - esperadas e verificadas - na alocação de recursos da economia brasileira nos anos 90. Visões mais críticas sobre a atual política econômica são apresentadas por Carlos Lessa e Fábio Sá Earp em "O insustentável abandono do longo prazo" e por Reinaldo Gonçalves em "A economia política do investimento externo direto no Brasil".

Um segundo grupo de contribuições tem grande interesse histórico. É o caso da entrevista "O presente como história", concedida por Maria da Conceição Tavares e publicada no *Boletim do Ierj* em julho de 1978. Ricardo Bielschowsky faz um paralelo entre os vinte anos do Ierj e os cinquenta anos da Cepal, recuperando em um longo ensaio a evolução do pensamento desta última instituição. Esse grupo de artigos termina com o balanço de "Vinte anos de pensamento econômico no Brasil", de João Paulo de Almeida Magalhães.

Os dois outros ex-presidentes do Ierj apresentam artigos sobre temas específicos do nosso debate atual. Sulamis Dain trata das reformas tributária e da Previdência e José Márcio Camargo descreve a evolução do mercado de trabalho no período pós-estabilização. O livro será lançado na segunda semana de março/99 com comunicação a todos os interessados na mídia.



PUBLICAÇÕES

O Corecon/RJ, o Ierj e o Sindecon, dando prosseguimento à política de difusão da informação, editarão este ano os trabalhos agraciados com o IX Prêmio de Monografia. As publicações das entidades dos economistas do Rio de Janeiro estão voltadas para a atualização profissional, questões do ensino e pesquisas acadêmicas e estão disponíveis na sede do Corecon/RJ (Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro). Elas são:

- *Visões da Crise* - coletânea de entrevistas realizadas pelo *Jornal dos Economistas*.
- *Cadernos de Política Monetária e Mercado Financeiro* - artigos de especialistas sobre as questões atuais envolvendo este setor econômico.
- *Perfil dos Economistas* - um retrato exaustivo do profissional da Economia.
- *Guia dos Consultores em Economia* - cadastro apurado das consultorias, que preserva a qualidade do trabalho dos profissionais da área.
- *VIII Prêmio de Monografia* - coletânea dos três melhores trabalhos de 1997. Os anteriores também estão disponíveis no Corecon/RJ.
- *Ensino de Economia: questões práticas e empíricas* - indispensável a professores e alunos da Economia e áreas afins.

SIMPÓSIO

Economia da Saúde

De 11 a 15 de maio deste ano, realiza-se em Santiago de Cuba o IV Simpósio Internacional de Economia da Saúde, com o objetivo de promover troca de experiências para o fortalecimento das políticas de investimento em Saúde. A Associação Nacional de Economistas de Cuba, a Sociedade de Economia da Saúde Pública, a Organização Panamericana da Saúde, o Ministério da Saúde pública, alguns dos promotores do evento acreditam que esta será uma oportunidade de surgirem propostas para assegurar o acesso equitativo aos sistemas de saúde pública, com melhoria da qualidade e economia de custos. Entre os temas que serão tratados estão: Fontes de financiamento no setor da Saúde, Experiências nas reformas dos sistemas de saúde, Pobreza e saúde, A Saúde e seus custos, Ética médica e Economia, num total de 15 mesas. Os inscritos até 31 de janeiro têm direito a desconto.

Mais informações: com Pedro Luis Hidalgo Prado - Fone: (53-226) 26650, 28608, 27723, 27909 2 29020. Fax: (53-226) 52451, 86200. E-mail: plhp@dirprov.scu.sld.cu.

ENTREVISTA

JAN KREGEL

Não devemos descartar o risco de uma depressão mundial

Professor da Università degli Studi di Bologna e da Johns Hopkins University, consultor permanente da Unctad, membro do Scientific Advisory Boards of the Italian International Economic Center e do Instituto per la Ricerca Sociale de Milão, Jan Kregel exerce intensa atividade internacional como docente e pesquisador. Lecionou na Inglaterra, Estados Unidos, Holanda, Bélgica, França, Alemanha e México. Publicou centenas de artigos em revistas especializadas, quase sempre no campo da teoria keynesiana, e os livros *Rate of Profit, Distribution and Growth, two views; Theory of Growth, The Reconstruction of Political Economy, Theory of Capital e Origini e sviluppo dei mercati finanziari*. Nesta entrevista ao *Jornal dos Economistas*, realizada em Havana em 20 de janeiro, durante o encontro internacional "Globalização e problemas do desenvolvimento", Kregel faz uma avaliação pessimista sobre o desempenho da economia mundial em 1999, defende a adoção de controles sobre a movimentação de capitais em situações de crise e fala sobre seu trabalho, no âmbito da Organização das Nações Unidas, preparatório para uma conferência internacional sobre as questões financeiras e econômicas mais importantes do mundo contemporâneo. Participaram da entrevista Adhemar Mineiro, Cezar Benjamin, Ronaldo Rangel, Luis Mário Behnken (Corecon/RJ) e Luiz Alberto Machado (Corecon/SP)

JORNAL DOS ECONOMISTAS: Quando falamos da situação atual, sempre surgem analogias com o que se passou em 1929. Qual sua visão sobre isso?

JAN KREGEL: Há diferenças importantes. Naquela época, a crise não atingiu imediatamente o setor real. A economia americana, por exemplo, só entrou em crise em 1931 ou 1932, por causa de uma enorme redução na demanda. Por isso, a adoção de políticas de tipo keynesiano foi eficaz.

A recente crise asiática também começou no setor financeiro, mas atingiu com rapidez o setor real. É possível compreender essa evolução conhecendo-se os trabalhos de Minsky, que estudam a inter-relação desses setores e mostram que diversos fatores, internos ou externos, podem tornar muito instável um sistema financeiro robusto.

JE: Na Ásia, quando e por que ocorreu essa passagem?

KREGEL: Acumularam-se ali, em primeiro lugar, fatores internos.

Durante cerca de dez anos, os países da região apresentaram taxas de crescimento entre 6% e 10% ao ano, logrando aumentar suas exportações a taxas ainda maiores, entre 10% e 20% ao ano. Nesse contexto, parecia sensato continuar emprestando para eles; mesmo sem as salvaguardas tradicionais, pois sempre se esperavam novas rodadas de crescimento. Com o tempo, ocorreu o que Minsky denomina redução na percepção do risco.

Em fins de 1995 e nos anos seguintes, houve uma acentuada queda na propensão dos países desenvolvidos a importar, acompanhada por uma valorização do dólar. Esses dois fatores fizeram com que os empréstimos, que já vinham sendo concedidos sem salvaguardas, se tornassem ainda mais arriscados. As empresas da Tailândia, por exemplo, se endividavam muito no exterior, mas, sendo empresas exportadoras, eram capazes de gerar os dólares necessários para honrar os empréstimos. Entre 1996 e 1997, a taxa de crescimento das exportações desse país desabou de 20% para zero, enquanto a contratação de emprés-



FOTO: JOÃO DIAZ

Luiz Antonio Elias apresenta o Congresso/99 a Jan Kregel.

timos continuou aumentando. Houve, assim, um súbito aumento endógeno na instabilidade financeira.

Em decorrência disso, a Tailândia optou por desvalorizar sua moeda, detonando um processo exógeno que reforçou a instabilidade. As dívidas em moeda estrangeira se tornaram automaticamente mais caras, de modo que empresas e bancos enfrentaram uma deterioração súbita em seus passivos, sem contrapartida em seus ativos. A crise de liquidez foi agravada com a adoção do programa patrocinado pelo FMI, que incluía taxas de juros maiores. Bancos e empresas ficaram insolventes e foram à falência, com forte impacto sobre o setor real. Houve, portanto, um trajeto claro: aumento da instabilidade financeira, efeitos nas taxas de câmbio e de juros, falências de empresas.

JE: Quando os demais governos asiáticos foram forçados a abandonar as respectivas taxas câmbio?

KREGEL: Na Ásia, a estabilidade das taxas de câmbio fora construída ao longo do tempo, mas não havia nenhuma fixação formal dessas taxas. Todos os países funcionavam com algum tipo de "fixação flexível", ou ajustável, como ocorria no Brasil até recentemente. As taxas permaneciam mais ou menos estáveis por causa daquele desempenho econômico excepcional e das entradas de grandes volumes de capital. Era uma estabilidade imposta aos países pelo mercado, e não resultante de políticas oficiais.

A intensa integração intra-regional, com um encadeamento produtivo muito estreito e ajustado, tornava importante essa estabilidade cambial. A desvalorização na Tailândia provo-

cou uma cascata de desvalorizações, pois perturbou esse encadeamento e forçou os demais países a buscar restabelecer as posições relativas anteriores.

JE: Como foram os desdobramentos da crise?

KREGEL: Todos diziam que o caminho para a recuperação viria através de um aumento maciço nas exportações, mas na verdade elas caíram. As empresas não conseguiram produzir, pois estavam em colapso. Os bancos não podiam mais fornecer os financiamentos para a compra das matérias-primas importadas, necessárias à produção. O componente de importações embutido nas exportações da Malásia, por exemplo, era de 80%. Assim, aquilo que no primeiro momento foi considerado "um pequeno problema financeiro", que dizia respeito à cobertura dos empréstimos tomados no exterior, teve um efeito paralisante sobre a produção.

JE: Por quais mecanismos a crise asiática atingiu as demais regiões?

KREGEL: A redução da demanda na Ásia produziu grandes impactos, a começar no preço dos produtos primários e das matérias-primas. A região respondia por mais de 1/3 - e, em alguns casos, até 1/2 - do consumo de certos produtos. Quando essas economias entraram em colapso, a demanda por esses produtos seguiu a mesma tendência, de modo que todos os países produtores de bens primários sofreram, ou pela deterioração nos termos de intercâmbio ou por uma queda absoluta de receitas. Austrália e Nova Zelândia foram os primeiros a serem atingidos, mas as ondas

de choque chegaram também a países latino-americanos, como a Venezuela e o México (muito dependentes do petróleo), o Chile (muito dependente do cobre) e o Brasil (cuja pauta de exportações contém grande quantidade de matérias-primas e *commodities*). A Rússia, por sua vez, sofreu um impacto fortíssimo.

JE: Por quê?

KREGEL: A Rússia não pode mais ser considerada uma economia industrializada. Hoje, exporta basicamente produtos primários, como petróleo, níquel, cobre, alumínio e similares. Em meados de 1998, já apresentava um déficit de aproximadamente US\$ 6 bilhões em sua balança comercial. Os efeitos disso poderiam ter permanecido circunscritos à renda real e ao nível da demanda, mas o FMI convenceu o país a manter uma taxa de câmbio fixa, que, supostamente, reduziria a inflação e promoveria uma recuperação industrial. Não compreendo bem como alguém pôde imaginar que isso iria funcionar, mas o plano era esse.

Para manter o rublo relativamente estável, foi preciso suportar um enorme diferencial entre as taxas de juros internas e externas, pois o controle sobre o estoque de moeda exigia a emissão de títulos da dívida pública para financiar o déficit do governo. As taxas de juros desses títulos variaram de 20% a 50%. Investidores internacionais e bancos russos viram aí uma oportunidade de realizar bons negócios, os primeiros porque trabalhavam com títulos de curto prazo e os segundos porque captavam empréstimos no exterior e ganhavam no diferencial dos juros. Os bancos russos compravam títulos públicos no país e os usavam como garantia para obter empréstimos em dólar nos bancos norte-americanos; com esses recursos, compravam mais títulos russos. Assim, o déficit fiscal do governo e o balanço de pagamentos do país estavam sendo financiados por esses fluxos que vinham de fora, investidos em títulos de curto prazo.

A Rússia sustentava isso com a venda de matérias-primas, cujos preços, como vimos, tiveram uma trajetória de queda. É claro que tal arranjo não poderia sobreviver a uma deterioração do balanço de pagamentos. O volume de empréstimos, sempre crescente, empurrava para cima as taxas de juros, deprimindo qualquer possibilidade de recuperação da economia do país. Chegou um momento em que os investidores internacionais começaram a se perguntar: "Como a

Rússia vai pagar esses juros, se já não está em condições de garantir um fluxo de dólares através da sua conta-corrente?" Nesse momento, o país se desequilibrou. O Banco Central teve que ampliar a banda cambial, emitindo um sinal claro de que estava com problemas. Os investidores começaram a se retirar, o rublo caiu muito depressa e a resposta foi uma nova elevação nas taxas de juros. Com os bancos ocidentais exigindo mais garantias, os bancos russos tiveram que comprar mais títulos públicos. Para fazer isso, tentaram contrair novos empréstimos, junto ao próprio Banco Central ou no exterior. Ora, o Banco Central tinha que manter uma política monetária rigorosa, para apoiar o rublo, e no exterior já não havia ninguém disposto a emprestar. Para quitar suas dívidas com os bancos ocidentais, os bancos russos tiveram que vender tudo o que mais depressa possível, pois quanto mais esperassem, maiores prejuízos teriam. Ao venderem os títulos públicos, derrubaram o mercado desses títulos; ao venderem rublos, derrubaram a moeda.

JE: Não havia meio de deter isso?

KREGEL: Criou-se uma situação em que era impossível estabilizar o mercado de divisas através de novos aumentos nas taxas de juros: quanto maiores as taxas, menor o valor dos títulos; quanto menor o valor dos títulos, mais necessário se tornava vender rublos e comprar dólares para pagar os bancos credores. Nesse círculo vicioso, não havia mais equilíbrio possível: tanto o rublo quanto os títulos públicos tendiam a valer zero. Isso forçou a intervenção do Banco Central, fechando o mercado de divisas e o interbancário, oficializando a insolvência dos bancos russos e causando enormes prejuízos aos investidores estrangeiros.

JE: Qual o impacto da crise russa sobre o Brasil?

KREGEL: Com o colapso russo, houve uma fuga mundial para a liquidez. Havia um agravante: quem emprestava para a Rússia não eram instituições deficientes ou mal supervisionadas. Eram algumas das melhores instituições norte-americanas, bem administradas e sujeitas a supervisão muito rigorosa. Com a crise, houve uma reavaliação imediata de todas as operações empréstimo, com uma queda acentuada nos fluxos de capital para América Latina. Muitos bancos americanos estavam fazendo operações de arbitragem no Brasil. Se a Rússia estava enfrentando dificuldades por causa da queda nos preços

de matérias-primas e *commodities*, era óbvio que México, Venezuela, Chile, Brasil e outros países teriam dificuldades semelhantes.

JE: Como você analisa a reação do governo brasileiro?

KREGEL: Num momento em que até os bons bancos americanos estavam tendo dificuldades para obter empréstimos, as autoridades brasileiras mantiveram a crença de que, oferecendo taxas de juros suficientemente elevadas, poderiam continuar atraindo capitais e sustentando a taxa de câmbio. Ora, o déficit brasileiro vem, primordialmente, do pagamento desses juros. Quanto maiores as taxas, maior o déficit; e, quanto maior o déficit, maiores os juros. Para tentar conter essa espiral perversa, o governo cortou outros gastos. Formou-se um contexto de fortes limitações ao crescimento, com impactos evidentes sobre a própria capacidade de recolher impostos. Em outros países, como o México e o Chile, a arrecadação depende muito dos preços internacionais de um produto, como o petróleo ou o cobre; no Brasil, depende muito do crescimento. Se o país transita de um crescimento de 4% positivo para 4% negativo, o círculo vicioso se impõe.

JE: Que conclusão você tira daí?

KREGEL: Dependendo de capital estrangeiro atraído por altas taxas de juros é uma situação que só pode gerar esse círculo vicioso. O déficit aumenta sistematicamente, o que exige sempre mais cortes nos demais gastos do Estado, com redução concomitante na demanda. Assim, depois da Ásia, a América Latina também sofreu um colapso de demanda.

JE: Quais as conseqüências desses colapsos sobre a economia mundial?

KREGEL: Esses são os dois principais mercados de exportação dos Estados Unidos. As exportações desse país já não estão crescendo, pois não encontram mercados em expansão. Assim, o déficit americano tende a aumentar. Além disso, os Estados Unidos vêm experimentando uma explosão de investimentos que já dura uns dez anos. Hoje, sua capacidade produtiva cresce cerca de 5% ao ano e a economia como um todo cresce 3%, mas a rentabilidade vem caindo a uma taxa de 0,2% por semestre. Se a rentabilidade diminui e a capacidade de produção aumenta, o investimento será refreado. Pode-se esperar um novo impacto negativo sobre a demanda.

JE: Mas os Estados Unidos conseguiram criar um superávit orçamentário bastante significativo...

KREGEL: Ele também tem um impacto negativo sobre a demanda, pois são recursos retirados da economia. Há, portanto, três fatores que se somam para refrear a demanda nos Estados Unidos: as perspectivas das exportações, a tendência dos investimentos e o próprio superávit orçamentário do governo. A única coisa que continua a estimular a economia americana é que os consumidores continuam a aumentar seus gastos à razão de 5% ou 6% ao ano, apesar de um crescimento de apenas 2% na renda real. Esse consumo tem sido sustentado pelo endividamento.

JE: Como esse endividamento está sendo financiado?

KREGEL: Basicamente através de empréstimos que têm como garantia os lucros no mercado de ações. Enquanto o mercado acionário continuar forte, as famílias poderão se financiar.

JE: Nesse caso, o mercado de ações desempenha um papel crucial...

KREGEL: Sim. Se houver, digamos, uma queda de 20% no preço das ações, as famílias que contraíram empréstimos com base na expectativa de venda dessas ações ou ficarão insolventes ou, no mínimo, terão que reduzir seu consumo para fazer frente às dívidas. Por isso, o mercado de ações é crucial para o desempenho da economia americana. Notem que Alan Greenspan, do Federal Reserve, parou de advertir contra a "exuberância irracional" desse mercado – que continua aquecido –, pois, no momento, este é o único fator positivo para puxar a economia americana. Se houver uma queda forte, os gastos de consumo experimentarão grande diminuição. Ásia, América Latina e Estados Unidos sofreriam juntos uma conjuntura de retração da demanda.

JE: Resta a Europa. Ela está em uma situação melhor?

KREGEL: A Inglaterra enfrenta um declínio muito acentuado. A Itália está estagnada, sem nenhum crescimento nos últimos dois ou três anos, por causa dos cortes orçamentários necessários à adoção da moeda comum. A Europa será dirigida por dois grupos, aliás bastante assimétricos: Alemanha e França, de um lado, e Espanha, de outro. Os demais, como os países nórdicos e a Holanda, são pequenos demais para provocarem um impacto significativo.

ENTREVISTA

Para recuperar competitividade, a Alemanha vem reduzindo o déficit fiscal e os salários. Seus investimentos estavam sendo puxados, primordialmente, pelas exportações, um pouco para a Ásia, mais para o Leste da Europa e a maior parte para dentro da Comunidade Européia. As exportações para a Ásia e o Leste da Europa praticamente desapareceram. É improvável que a Comunidade Européia como um todo cresça mais do que 2% este ano - provavelmente crescerá menos -, de modo que as exportações alemãs têm pouco potencial de expansão. Ao contrário: elas estão provocando um impacto negativo sobre a taxa de crescimento do PIB. Com exportações negativas e ajuste fiscal, somos levados de volta aos consumidores.

Os salários reais estão caindo em um ritmo de 1% a 2% ao ano, e os indicadores de poupança também têm caído. Tudo indica que, como os norte-americanos, os alemães estão contraindo empréstimos para consumir, de modo que é improvável um crescimento significativo do consumo no país. A previsão de crescimento da economia foi revista de 3% para 1,5% - e há quem já a considere otimista -, de modo que a Alemanha não está em condições de liderar uma expansão na Europa.

A França, por sua vez, depende muito da Alemanha, tanto para suas exportações quanto para suas importações de bens de capital. A novidade ali é que os consumidores franceses estão realizando o surpreendente milagre de aumentar suas despesas. Este é praticamente o único elemento positivo que podemos constatar, mas é improvável que ele possa contrabalançar os demais. Sem levar em conta nenhum fator externo, creio que se França e Alemanha crescerem juntas entre 1% e 1,5% será um ótimo resultado.

JE: O que se passa com a Espanha?

KREGEL: Ela estava em uma situação relativamente boa, com inflação cadente e expansão acentuada. Mas se envolveu muito com a América Latina em setores como sistema financeiro, turismo e indústria. As dificuldades do Brasil, do México e do Chile têm sobre ela um impacto negativo. Somando-se a isso o desempenho da Comunidade Européia, creio que a Espanha não continuará a crescer 3% ao ano, como se esperava.

JE: Não parece um cenário otimista para o crescimento mundial neste ano...

KREGEL: A Comunidade Européia terá motivos para comemorar se

crescer 1,5%. Esta taxa, é claro, não permite compensar nenhum dos fatores negativos que se espalham pelo mundo. Se os Estados Unidos sofrerem um impacto que jogue sua taxa de crescimento para um nível inferior a 2%, poderemos ter uma média mundial perto de zero, com América Latina em crescimento negativo, a Ásia estagnada e o Leste Europeu em declínio.

JE: E a China?

KREGEL: Ela atravessa uma situação peculiar. Está enfrentando dificuldades financeiras, pois os fluxos de capital para lá experimentaram uma queda drástica depois da falência da ITC de Guandong. Além disso, as exportações chinesas, cruciais para o ritmo de crescimento, se dirigem primordialmente para os Estados Unidos e secundariamente para a própria Ásia, mercados que, no momento, não oferecem segurança. O governo chinês está estimando uma taxa de crescimento de 8% para este ano, com perspectiva de desaceleração mais adiante.

Isso mostra que as economias que até hoje conseguiram se manter relativamente isoladas do impacto financeiro já começam a sentir seus efeitos. No caso da China, há uma redução dos fluxos de capital que entram no país e uma queda nas exportações. Creio que o melhor resultado seria a China aceitar conviver com uma taxa de crescimento em torno de 6%. Mas, para ela, isso é muito problemático, pois seu projeto de reconversão das empresas estatais baseia-se nesse número mágico de 8%, que garantiria a absorção dos trabalhadores deslocados, impedindo um desemprego muito grande, que poderia trazer inquietação social e política. O governo central não exerce um controle efetivo sobre grandes áreas do país, que estão sob comando regional. O fantasma de uma fragmentação em blocos econômicos controlados regionalmente assusta os dirigentes. Para a China, é crucial manter altas taxas de crescimento.

JE: Como inserir o Japão nesse cenário?

KREGEL: Ninguém mais está pensando no Japão, porque o Japão não faz nada. Está em recessão há muito tempo, e o governo não parece disposto a adotar medidas firmes para alterar a situação. É muito pequena a perspectiva de que esse país venha a exercer qualquer tipo de impacto positivo na demanda, regional ou global. Há muito tempo o Ministério das Finanças temia que chegasse um momento em que a venda de novos

títulos públicos ficasse paralisada. Parece que esse momento chegou, pois os grandes compradores nacionais estão precisando de liquidez para honrar empréstimos que vencem nos próximos dezoito meses. Os compradores internacionais têm seguido a mesma tendência, de modo que o mercado de títulos entrou em colapso. Ao mesmo tempo, as taxas japonesas de longo prazo foram elevadas e o iene começou a se valorizar em relação ao dólar. Assim, o Japão entrou no pior dos mundos, enfrentando estagnação interna conjugada com taxas de juros e de câmbio mais altas do que desejava. Tampouco há como financiar políticas de gastos para aquecer a economia. Todos os fatores conspiram contra uma elevação da demanda interna, das exportações e dos investimentos.

JE: Voltemos agora ao começo da nossa conversa. Como estão as inter-relações do setor financeiro e o setor real?

KREGEL: Creio que a demanda agregada já não está crescendo em nenhum país. Vimos que a crise da Ásia teve impacto sobre o preço dos produtos primários, afetando diretamente a América Latina e a Rússia. Houve um declínio acentuado no fluxo de capitais para financiar os déficits desses países. Logo, tornou-se mais necessário cortar despesas, contraindo a demanda. Os consumidores norte-americanos, por sua vez, também terão que cortar suas próprias despesas. Na verdade, criou-se uma situação em que as despesas tendem para baixo em praticamente todas as regiões.

Podemos dizer que as ligações entre o setor financeiro e o setor real são muito diferentes das que existiam na década de 1930. A crise financeira de 1929, como vimos, levou uns dois anos para atingir o setor real. Hoje, antes de completar dois anos desde o início da crise financeira asiática, não devemos descartar o risco de uma depressão ou, pelo menos, de uma recessão global, com um crescimento perto de zero na economia mundial.

JE: Por que as crises financeiras atuais se propagam com maior rapidez?

KREGEL: No passado, contávamos com mecanismos de estabilização. Um governo que recebia menos impostos não fazia cortes automáticos em seus gastos. Passava a operar com um déficit maior, o que proporcionava, às pessoas e às empresas, a renda de que necessitavam para honrar seus empréstimos. Agora, há limites claros a esse comportamento. Isso torna o sistema mais frágil, pois reduz

a eficácia dos mecanismos que tendiam a estabilizar as oscilações financeiras. Não se trata de repetir a discussão sobre as relações entre déficit e crescimento. O que estamos discutindo é a possibilidade de criar as condições para que as relações financeiras interligadas se cumpram, o que é fundamental simplesmente para que o sistema de crédito não entre em colapso.

JE: Por isso você vê o perigo de uma depressão mundial?

KREGEL: Poderemos assistir a uma depressão, não por causa de um colapso financeiro global, mas por causa dos impactos sobre a demanda. Eles, por sua vez, criarão novas dificuldades financeiras. Vejam bem: houve colapsos financeiros em 1987, 1989 e 1997 e, de um modo ou outro, conseguimos sobreviver. Mas, neste momento, o colapso financeiro está produzindo um impacto negativo sobre a demanda agregada em praticamente todos os países. Creio que o verdadeiro risco está aí. Se isso se confirmar, muitas empresas não conseguirão honrar seus pagamentos aos bancos, irão à falência e jogarão mais gente na rua. Muitas pessoas também não conseguirão honrar seus empréstimos. Uma insolvência mais ou menos generalizada acaba derrubando o sistema.

JE: Como você vê a criação do euro nesse contexto?

KREGEL: Sob o ponto de vista que estamos analisando, vejo um impacto muito negativo. Todos os países europeus tiveram que reduzir seus déficits públicos. Com a centralização da política monetária, eles perderam autonomia para adotar políticas próprias nesse terreno. Curiosamente, embora a política monetária tenha sido unificada, o Banco Central europeu não é responsável pela estabilidade do sistema financeiro. Ainda não entendi como os europeus imaginam que essa função será executada, e quem será responsável por ela, pois não há nenhum projeto para criar um órgão da Comunidade para cuidar desse assunto. Ele dizem que isso caberá às organizações nacionais, mas há bancos europeus operando em todo o continente. Os supervisores nacionais não poderão cumprir esse papel.

JE: Como você vê a relação entre a globalização financeira e as economias nacionais?

KREGEL: As economias têm dimensões diferentes, mas o mercado global de capitais tem um tamanho só e funciona de acordo com a idéia de que um mesmo tamanho serve

ENTREVISTA

para todos. Ora, algumas economias não têm como absorver o volume de capital presente no mercado global. A primeira questão, portanto, é saber como os países devem avaliar sua capacidade de absorver o capital estrangeiro, para que seja possível, num segundo momento, honrar os pagamentos devidos. É preferível controlar a entrada, e não a saída, desse capital. Depois que ele entra, quando resolve sair depressa acarreta enormes riscos e desequilíbrios. As velocidades em que o capital financeiro e o capital produtivo operam são muito assimétricas.

JE: *Que propostas vocês estão estudando, tendo em vista a situação atual?*

KREGEL: Propomos que credores e devedores estabeleçam um pacto. Se os credores resolvem retirar seu capital ao mesmo tempo, destroem as estruturas da economia e abalam fortemente o câmbio, o que provoca perdas para eles também. Se, ao contrário, derem mais tempo aos devedores, haverá maiores possibilidades de reestruturação, com menores perdas para todos. Por isso, é necessário reduzir a velocidade dos deslocamentos, para que se possa sair ordenadamente de qualquer situação mais delicada. Hoje, a velocidade do capital financeiro está acelerada demais em relação à produção.

Não estou dizendo uma grande novidade. Os próprios mercados financeiros têm mecanismos para suspender temporariamente as negociações, quando os preços estão se movendo depressa demais. Com as negociações suspensas, as pessoas têm o tempo necessário para pensar e operar mais racionalmente. Recomendamos que se busquem mecanismos semelhantes, para garantir pausas em situações muito tensas envolvendo as economias. Se as pessoas não quiserem respeitá-las, precisamos torná-las impositivas, como já ocorre nas bolsas de valores. Em Chicago, o mercado de futuros pára quando cai mais de 10%. Em Nova York, a bolsa pára quando cai mais de 300 pontos em uma hora. Algo semelhante deveria existir, em termos de controles de capitais.

JE: *Isso se aplica ao Brasil?*

KREGEL: Acho que se o Brasil pretendia desistir da banda, teria sido melhor anunciar a desvalorização que deveria ocorrer, buscando um número entre 15% e 35% e introduzindo controles sobre o capital por um certo período. Se o Banco Central fixasse a taxa em, digamos, R\$ 1,50 ou R\$ 1,60 e dissesse que a manteria nesse nível, se instituisse controles e

se efetivamente a mantivesse por um tempo, as pessoas talvez percebessem que não era hora de sair. Depois, os controles poderiam ser suspensos.

A operação só daria certo se permitisse uma baixa nas taxas de juros, que é o ponto crucial para impedir o aumento do déficit e fazer a economia voltar a crescer. Uma economia que opera com juros de 48% e tem uma taxa de crescimento negativa em 4% está, evidentemente, a caminho da morte. Nesse contexto, não há como recuperá-la. Vocês podem fixar o câmbio onde quiserem, mas nada funcionará bem com esses juros e esse crescimento previsto.

JE: *Por que você defende controles temporários?*

KREGEL: Para conter algumas sensibilidades mais irritadiças. Creio que o momento oportuno para fazer isso teria sido em agosto de 1998, ainda com reservas de US\$ 74 bilhões. Na época, vocês teriam credibilidade para fixar a nova taxa de câmbio e anunciar que estavam dispostos a garanti-la, com grandes possibilidades de êxito. Essa teria sido a saída sensata, infelizmente tornada inviável por razões políticas que todos conhecemos. Agora, US\$ 45 bilhões depois... Por isso, aliás, creio que nenhum grande banco ou grande empresa está enfrentando dificuldades. Foram eles que pegaram esses US\$ 45 bilhões. Agora, vocês têm que defender a nova taxa com reservas de US\$ 30 bilhões.

JE: *E com os investidores retirando o seu capital...*

KREGEL: Não creio que a pressão sobre a taxa de câmbio esteja vindo, neste momento, dos grandes bancos ou empresas internacionais. Desde agosto eles tiveram tempo suficiente para sair, pois não era segredo que a taxa de câmbio teria que ser alterada. Desde setembro de 1998 o banco Morgan diz que a taxa de câmbio do primeiro trimestre de 1999 estaria em torno de R\$ 1,50. Obviamente, os grandes bancos de investimento e as grandes empresas ajustaram suas posições para essa taxa. Quem está tentando sair agora, a meu ver, são essencialmente os próprios brasileiros.

O grau de exposição dos grandes bancos é de cerca de US\$ 14 bilhões no México e de cerca de US\$ 16 bilhões no Brasil. Comparando-se o tamanho das duas economias, fica claro que esses bancos reduziram suas posições no Brasil com muita rapidez. Os bancos europeus têm um pouco mais. Se todos quisessem ir embora, as reservas brasileiras se reduziriam a zero. Vocês não poderiam

pagar às pessoas que quisessem converter reais em dólares, de modo que algum tipo de controle interno precisaria ser instaurado.

JE: *O que você pode nos dizer sobre o trabalho que vem fazendo na ONU sobre mecanismos de financiamento do desenvolvimento?*

KREGEL: Ele resulta de uma resolução, aprovada pela Assembléia Geral, de criar um grupo de trabalho que prepare a agenda para algum tipo de conferência de cúpula, ou conferência internacional – isso ainda está muito vago –, convocada para investigar o problema do financiamento do desenvolvimento. A idéia original, há quatro ou cinco anos, se limitava a examinar o impacto da movimentação financeira sobre o desenvolvimento. Tínhamos a experiência da década de 1980, quando muitos países em desenvolvimento, particularmente o Brasil, experimentaram fluxos financeiros negativos, enviando ao exterior recursos líquidos. Surgiu daí a idéia de examinar como evitar essa inversão dos fluxos.

Hoje, as questões são outras. Em muitos países, em primeiro lugar, o problema não foi a falta, mas o excesso de entrada de capital financeiro. Assim, é preciso examinar como o sistema pode prevenir ou controlar as crises que resultam dessas entradas excessivas, seguidas de saídas igualmente excessivas. O desenvolvimento não está mais sendo brecado pela falta de financiamento, mas pela volatilidade desse financiamento. Precisamos, pois, saber como criar um sistema financeiro internacional que assegure um fluxo mais estável para os países em desenvolvimento. Em paralelo, precisamos instituir controles capazes de prevenir as crises que temos visto.

A Ásia, por exemplo, perdeu a metade de seu estoque de riqueza, medida em dólares. O PIB *per capita* caiu 50%. Em 1994, o México já perdera praticamente tudo o que conquistara desde a abertura de sua economia, em 1989. Isso mostra que há algo errado no sistema atual. Os fluxos precisam ser mais estáveis e gerar um impacto mais direto no fortalecimento da estrutura produtiva das economias.

JE: *Ou seja, é preciso dirigir esses fluxos de capitais, de modo a torná-los sustentáveis...*

KREGEL: O fato fundamental é o seguinte: a globalização significa que as economias participam mais do comércio mundial, produzindo mais para exportação. Assim, esses fluxos de capital precisam ser usados de

modo eficiente para expandir a capacidade de exportação, pois ela é que fornece os recursos para pagá-los. Mais uma vez, nos deparamos com o problema anterior: é preciso controlar o volume de capital que um país tem condições de absorver. Quando se convidam os investidores a entrar de forma indiscriminada, criam-se instabilidades estruturais na economia, seguidas de crises financeiras, pois há um volume de capital apropriado para cada economia.

A segunda questão é saber como esse capital é usado. No México, por exemplo, a maior parte do capital importado estacionou em ativos financeiros, enquanto outra parte financiava o consumo. Algo parecido se passou no Brasil depois do Plano Real. Ora, essas aplicações não geram exportações que permitam quitar o financiamento recebido. Portanto, é preciso examinar a relação adequada entre entradas de capital, investimentos de empresas multinacionais e fluxos de importação e exportação que se geram.

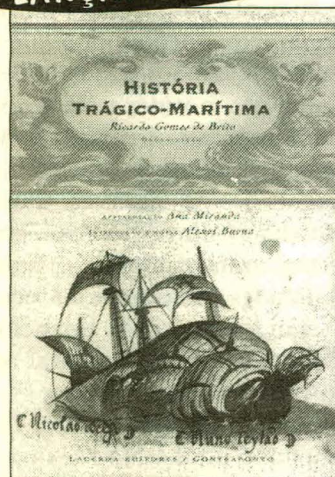
JE: *Qual o papel dos investimentos diretos de empresas multinacionais?*

KREGEL: É preciso perguntar se elas produzirão mais exportações ou se importarão mais produtos, para depois exportá-los. Como eu já disse, o componente importado nas exportações da maioria das economias da Ásia é extremamente alto. A Malásia é um exemplo extremo. Mas, mesmo na Coreia, alguns setores da indústria eletroeletrônica usam 60% de componentes importados. Assim, a capacidade efetiva de o país pagar o investimento estrangeiro é menor do que normalmente se pensa.

Essas são algumas questões que estamos debatendo. Ainda não sabemos dizer quais delas estarão de fato na agenda da reunião internacional, pois o trabalho está em curso e, é claro, há conflitos de interesses entre os diferentes países. Mas, do ponto de vista das Nações Unidas há uma conquista evidente: pela primeira vez, a organização estará participando da discussão de questões financeiras e econômicas essenciais. Até hoje, a ONU – onde todos os países estão oficialmente representados – foi acionada para tratar de questões políticas, sociais e relativas ao meio ambiente, mas manteve-se à margem das finanças e da economia. Se tudo se resumir a reivindicações particulares – “queremos mais ajuda” –, será um fracasso. Precisamos de propostas elaboradas com cuidado, que promovam um entendimento em bases mais democráticas entre os países, sejam eles pequenos, médios ou grandes.

LIVROS EM VENDA DIRETA

LANÇAMENTO

**História trágico-marítima**

540 páginas

Bernardo Gomes de Brito (org.)

Preço com desconto: R\$ 28,00

A Contraponto oferece seus livros, em venda direta, com descontos médios de 30% sobre os preços de capa aos economistas associados. Você receberá os livros em casa, pelo correio. As despesas postais já estão incluídas. Entre em contato conosco.

A opção brasileira

César Benjamin, João Pedro Stédile, Reinaldo Gonçalves e outros

Preço com desconto: R\$ 13,00

O manifesto comunista - 150 anos depois

Daniel Aarão Reis (org.)

Preço com desconto: R\$ 13,00

O pensamento chinês - 416 p.

Marcel Granet

Preço com desconto: R\$ 28,00

A sociedade do espetáculo - 240 p.

Guy Debord

Preço com desconto: R\$ 19,00

Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura - 304 p.

Kwame Anthony Appiah

Preço com desconto: R\$ 23,00

Um mapa da esquerda na Europa Ocidental - 284 p.

Org. Perry Anderson e Patrick Camiller

Preço com desconto: R\$ 22,00

Um mapa da ideologia - 338 p.

Adorno, Jameson, Bordieu, Lacan, Althusser e outros.

Org. Slavoj Zizek

Preço com desconto: R\$ 24,00

O longo século XX - 408 p.

Giovanni Arrighi

Prêmio "Distinguished Scholarship" da American Sociological Association - 1995

Preço com desconto: R\$ 24,00

Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimento - 496 p.

Ricardo Bielchowsky

Prêmio Haralambos Simeonides da Associação Nacional de Pós-Graduação em Economia (Anpec)

Preço com desconto: R\$ 25,00

CONTRAPONTO

Tel. / Fax (021) 259-4957

Caixa postal 56066

CEP 22292-970, Rio de Janeiro, RJ

e-mail: contraponto@rio.nutecnet.com.br

- ABRE ASPAS -

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EMPREGO - A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA,

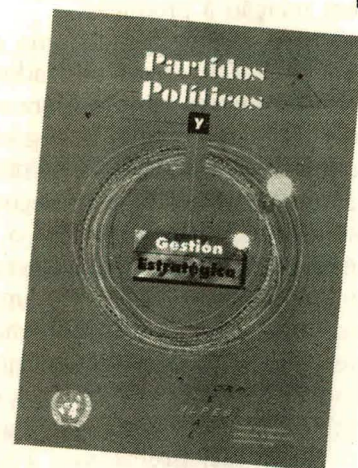
da professora Beatriz Azeredo, da UFRJ, reconstitui - pela primeira vez - passo a passo a história institucional de programas de qualificação de mão-de-obra, de crédito e geração de renda e de cobertura ao desemprego. Nascido de uma tese de doutorado defendida no Instituto de Economia da UFRJ, o livro tem como cenário a dinâmica recente do mercado de trabalho, que confere destaque às posições que ressaltam a importância da articulação das políticas de emprego que, desde a Constituição de 1988, podem ser financiadas pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Isso possibilitou a criação do Plano Nacional de Qualificação Profissional (Planfor). Fazem parte do trabalho temas como a criação do seguro-desemprego, o atendimento ao trabalhador, o Proger, o Planfor e demais iniciativas e questões ligadas à qualificação da mão-de-obra. ABET, 312p. (Fone: 011-289-6324/ E-mail: secretaria-abet@uol.com.br).

**A REFORMA AGRÁRIA BRASILEIRA NA VIRADA DO MILÊNIO,**

de José Gomes da Silva, descreve a luta pela reforma agrária no Brasil desde os anos 60 até meados dos anos 90. Ex-secretário de Agricultura do estado de São Paulo e ex-presidente do Incra, o autor participou, direta ou indiretamente, de quase todos os momentos importantes dessa caminhada, o que preenche esse trabalho com fatos e personagens que dão uma profundidade humana às suas análises. Em tempos de desemprego, vale destacar o capítulo dedicado a analisar a relação da questão agrária com a questão urbana, onde José Gomes da Silva indica como criar empregos de baixo custo, reduzir o mapa da fome e mudar o quadro social das grandes cidades. A obra teve sua publicação viabilizada graças à iniciativa da Editora Universitária, da Universidade Federal de Alagoas, com a qual o Corecon/RJ acaba de estabelecer acordo de cooperação para divulgação dos trabalhos daquela instituição. Edufal, 248 p. (Fone: 082-214-1111, Fax: 082-322-2383). Para solicitar publicações: fone (082) 214.1111 ou <http://www.ufal.com.br>.

PARTIDOS POLÍTICOS Y GESTIÓN ESTRATÉGICA,

publicação do Instituto Latinoamericano y del Caribe de Planificación Económica y Social, reúne os documentos apresentados no Seminário Internacional sobre Partidos Políticos y Gestión Estratégica del Estado e na XVIII Mesa Diretiva do Conselho Regional de Planejamento (Brasília, 1996 e 1997, respectivamente), representando Chile, Brasil, Uruguai, México, Bolívia, Colômbia e Argentina. Atual, a coletânea traz discussões importantes como o futuro dos partidos chilenos e a reforma do Estado brasileiro. Como pano de fundo constante está a questão do neoliberalismo, as desigualdades do continente latino-americano e as novas articulações entre o público e o privado. ILPES, 403 p. (021-224-0578 - biblioteca).

**1998: AMÉRICA LATINA Y CARIBE EN LA ECONOMÍA MUNDIAL,**

produzido pela Secretaria Permanente del Sistema Económico Latinoamericano (Sela) e pelo Centro de Estudios Prospectivos y de Información Internacional, da França, trata da crise financeira asiática e de seus efeitos sobre a América Latina. Associando estudos que avaliam a atualidade da economia mundial e informes estratégicos que buscam responder às questões sobre o futuro do sistema econômico internacional, o livro busca lançar alguma luz sobre a complexidade desse cenário econômico mundial. Entre os artigos, destaca-se o trabalho de Marc Humbert e Achilleas Kemos, sobre "As tecnologias da informação e a Organização Mundial do Comércio", assim como o informe estratégico de Agnès Bénassy-Quéré, Philippe Martin, Benoît Mojon e Pisani-Ferry sobre "O euro e o dólar", analisando a unificação monetária da Europa como estratégia para concentrar melhor a política monetária no que diz respeito aos objetivos internos em relação à inflação e ao crescimento. Cabe destacar ainda o trabalho de Dominique Pianelli sobre "Países em transição: o frágil equilíbrio". Corregidor, 159 p. ([www/corregidor.com](http://www.corregidor.com)). E-mail: corregidor@corregidor.com.



CEPAL

Parceria facilita aquisição

O Conselho Regional de Economia - RJ, em convênio com a Comissão Econômica para América Latina e o Caribe, está vendendo publicações da Cepal em sua biblioteca, no horário das 13:00 às 17:00 h, durante o qual o catálogo das obras poderá ser consultado, tel. (021) 224-0578. O dólar para o mês corrente será informado na biblioteca do Conselho, e as publicações que não estiverem imediatamente disponíveis serão solicitadas ao escritório da Cepal em Brasília. Relacionamos, abaixo, alguns títulos:

- *Estudio económico de América Latina y el Caribe 1996-1997*, 354p. US\$ 50.
- *Balance preliminar de la economía de América Latina y el Caribe 1997*, 64p. US\$ 8.
- *Panorama Social de América Latina 1997*, 232p. US\$ 20.
- *El Pacto Fiscal*, 280p. US\$ 10.
- *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 1997*, 196p. US\$ 10.
- *La brecha de la equidad*, 218p. US\$ 10.
- *Políticas para mejorar la inserción en la economía mundial*, 314p. US\$ 15.
- *Las Relaciones Económicas*, 396p. US\$ 15.

DOCUMENTO

Recentes estudos do Iedi

O Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) é uma instituição mantida há dez anos por um grupo de empresas brasileiras e dedicado exclusivamente a estudos na área de política de desenvolvimento industrial. Atualmente conta com 37 conselheiros, representando grandes empresas.

Acaba de divulgar um conjunto de trabalhos realizados nos últimos doze meses e que tiveram por objetivo recolher subsídios para uma política de desenvolvimento industrial para o Brasil. Para tanto, foram pesquisadas as políticas de desenvolvimento industrial em doze países (EUA, Japão, Alemanha, França, Itália, Espanha, Brasil, Índia, Coreia, México, Malásia e Chile).

O conceito de política de desenvolvimento industrial é amplo, correspondendo ao que é praticado no mundo, envolvendo a política industrial propriamente e também as políticas tecnológica, de exportação e importação, políticas regionais, além do chamado "ambiente" macroeconômico. Todos os doze países selecionados foram analisados (e reunidos no trabalho *Políticas industriais em países selecionados*) segundo esses temas, incluindo o Brasil, para o qual se realizou um exame das políticas adotadas e do papel da política industrial nos anos 80 e 90. Ainda para o Brasil, foi realizado um estudo sobre a trajetória da indústria no País (*Trajatória recente da indústria brasileira*).

Finalmente, foi elaborada uma *Agenda para um projeto de desenvolvimento industrial: proposta Iedi*, que a visa apresentar para discussão um conjunto articulado de proposições para uma política de desenvolvimento industrial para o Brasil.

Esses trabalhos estão disponíveis no site do Iedi - www.iedi.org.br - para todos os interessados. O Iedi produziu também um número limitado de CDs com todos os estudos realizados. Instituições interessadas poderão solicitar ao Iedi o envio do CD pelo nosso E-mail: instituto@iedi.org.br.

Para dar seqüência aos trabalhos acima, o Iedi já está iniciando novos estudos, em particular sobre a organização do setor público para o desenvolvimento industrial e as relações entre setor público e setor privado, desenvolvimento tecnológico e regionalização do desenvolvimento industrial, em todos os casos buscando simultaneamente a perspectiva internacional e a experiência brasileira.

DOAÇÃO DE LIVROS

Nada menos que 6.818 livros foram doados ao Corecon/RJ em dois anos da campanha que visa colaborar com obras de peso para a melhoria das bibliotecas de instituições de ensino e pesquisa do Rio de Janeiro. O Corecon/RJ recebe as doações, faz a seleção e redistribui os livros de acordo com as áreas de interesse. Os acervos que chegam à sede da entidade cobrem não só a área de Economia, mas também Administração, Direito, Artes, Contabilidade, História, Educação, de consulta e até mesmo literatura. Quem estiver interessado em doar livros pode entrar em contato com a Biblioteca Eginardo Pires, pelo telefone (021) 224-0578, das 13 às 17 horas.

CONVÊNIO

A EDITORA PAZ E TERRA está oferecendo os livros abaixo, com descontos de 30% sobre o preço de capa, desde que sejam adquiridos no Conselho Regional de Economia-RJ. Trata-se de um convênio inédito realizado entre uma grande editora e um órgão de representação da categoria, com o intuito de ofertar obras com vantagens e permitir o acesso de economistas a títulos de abrangente importância para a nossa formação. Entre em contato com o Corecon-RJ (Biblioteca) para aproveitar os descontos oferecidos por uma editora nascida da resistência democrática que há 33 anos trabalha em defesa da liberdade, do pensamento e do direito ao diálogo.

- *A construção do Terceiro Mundo - teorias do subdesenvolvimento no Brasil e na Romênia*, 643 p., Joseph Love.
Preço com desconto: R\$ 25,20.
- *Os fluxos financeiros, na América Latina - um desafio ao progresso*, 284p., Ricardo Ffrench-Davis e Stephany Griffith-Jones (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 18,90.
- *Antologia de Barbosa Lima Sobrinho - 100 anos de vida lutando pelo Brasil*, 397p.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *O 18 Brumário e Cartas a Kugelman*, 346p., 6ª edição, Karl Marx.
Preço com desconto: R\$ 17,50.
- *Após 1989- moral, revolução e sociedade civil*, 289p., Ralf Dahrendorf.
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Terceiro setor: desenvolvimento social sustentado*, 179 p., Ruth Cardoso, Jeremy Rifkin, Rubem César Fernandes e outros.
Preço com desconto: R\$ 13,30.
- *Histórias esquecidas da ciência*, 149p., Oliver Sacks, Jonatan Miller, Stephen Jay Gould, Daniel Kevles e R.C. Lewontim.
Preço com desconto: R\$ 10,50.
- *30 anos do The New York Review of Books - a primeira antologia*, Robert Silvers, Barbara Epstein e Rea Hederman (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 20,30.
- *América Latina - entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria*, 314p., Leslie Bethel e Ian Roxborough (organizadores).
Preço com desconto: R\$ 16,10.
- *Dialética marxista, dialética hegeliana - a produção capitalista como circulação simples*, 192 p., Ruy Fausto.
Preço com desconto: R\$ 13,30.

CONGRESSO

XIII Congresso Brasileiro de Economistas

VII Congresso de Economistas da América Latina e Caribe

"A herança do Século XX e a construção do novo século"

SEGUNDO COMUNICADO

O Conselho Federal de Economia e o Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro sediarão, entre os dias **13 a 17 de setembro de 1999**, no Rio de Janeiro, o XIII Congresso Brasileiro dos Economistas e o VII Congresso da Associação de Economistas da América Latina e Caribe. Os eventos reunirão cerca de 2 mil pessoas, entre economistas, estudantes e outros profissionais de diversas origens.

A realização dos dois eventos no Rio de Janeiro, na mesma ocasião, destina-se a propiciar um **balanço**, ao mesmo tempo **abrangente e profundo, do quadro econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe**, de maneira a captar as aceleradas mudanças que vêm ocorrendo na realidade econômica da região nesta virada de século. Constituem, assim, oportunidades únicas para que economistas da região realizem intensa troca de percepções, experiências e análises sobre nossa realidade, em mutação.

A perspectiva adotada é histórica. Destina-se a captar os fenômenos locais e globais que dão forma e movimento a essas mudanças. O objetivo é conciliar um balanço da herança recebida com **uma reflexão, também profunda e abrangente, sobre os desafios e soluções para os problemas no século XXI**. A herança do século XX deve ser vista e explorada como um fator para a construção de um novo século, que - espera-se - seja marcado pela menor desigualdade, assim como pela maior solidariedade, justiça social, progresso e racionalidade econômica.

O aparente consenso em torno da globalização tem mascarado divergências sobre o caráter e a amplitude das mudanças em curso neste final de século. **A busca de alternativas de desenvolvimento** exige uma clara definição das condições de acesso aos fluxos de investimento, tecnologia e comércio internacional, assim como o estabelecimento das bases de integração aos mercados regionais e de geração de empregos.

Os economistas brasileiros, latino-americanos e caribenhos têm um importante

papel a desempenhar, tendo em vista a riqueza de experiências e conhecimentos acumulados numa região marcada por grandes desigualdades sociais e desafios. **Promover o intercâmbio desses economistas** é um dos objetivos a serem alcançados no Rio de Janeiro em 1999.

SESSÃO CEPAL

O eixo-Cepal do encontro destina-se à apresentação dos resultados da pesquisa sobre crescimento, emprego e distribuição de renda em nove países da América Latina, que a Cepal está elaborando e que estará terminada justo antes da realização do Congresso.

O objetivo da investigação da Cepal é examinar o impacto que o ambiente macroeconômico prevalente nos anos 90 e as reformas radicais no modelo de funcionamento que predominou até recentemente tiveram sobre o comportamento da economia e de seus agentes principais.

Serão realizadas quatro sessões sobre o trabalho. A primeira sintetizará os resultados gerais, a segunda apresentará as conclusões relativas ao processo de acumulação de capital, a terceira fará o mesmo no que se refere ao progresso técnico e a última abordará os efeitos do ambiente macroeconômico e das reformas sobre o emprego e a distribuição de renda.

Inaugurando o ciclo, será realizada uma sessão comemorativa dos cinquenta anos do *Manifesto latinoamericano* (texto inaugural da Cepal, redigido por Prebisch em 1949), ocasião em que se prestará também um tributo a Celso Furtado.

Premiação de monografias

Pretende-se criar uma premiação de monografias de alunos, que serão julgadas por um comitê científico previamente selecionado. Restrito a alunos brasileiros.

DIA 13/09/99 - HOTEL GLÓRIA

18:30 às 20:30 horas	Abertura: A crise dos paradigmas e os desafios para o século XXI
INTERVALO	
21:00 horas	Coquetel de confraternização

DIA 14/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A1. Políticas de estabilização e desenvolvimento	B1. Economia internacional no final do século XX	C1. Globalização, modernização tecnológica e emprego	1 - Cenários macroeconômicos
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A2. Globalização, governabilidade e Estado-nação	B2. Política comercial, regulação e fluxos de comércio	C2. Desigualdades regionais e políticas de emprego	2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A3. Infra-estrutura / investimento / financiamento	B3. Lições e experiências recentes de integração regional	C3. Produtividade e emprego industrial	3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A4. Desigualdades / distribuição de renda e riqueza	B4. Alca: situação atual e perspectivas	C4. Flexibilidade: solução ou precarização do trabalho?	

CONGRESSO

DIA 15/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	B INSERÇÃO	C EMPREGO	D CURSOS
09:00 às 10:30 horas	A5. Déficit público / endividamento / sistema financeiro	B5. OMC: resultados e preparativos para a rodada do milênio	C5. Experiências de geração de emprego e distribuição de renda	1 - Cenários macroeconômicos
INTERVALO				
10:45 às 12:30 horas	A6. Macrocenários nacionais de longo prazo	B6. Globalização financeira e liberalização cambial na região	C6. Emprego e desemprego: diferenciais por gênero	2 - Fontes de dados, uso e disseminação de informações econômicas e sociais sobre a região
ALMOÇO				
14:00 às 16:00 horas	A7. Reestruturação industrial e política tecnológica na região	B7. Transnacionais, desnacionalizações e concentração de poder econômico	C7. Inserção internacional e reflexos na estrutura de emprego	3 - Pensamento econômico
INTERVALO				
16:15 às 18:00 horas	A8. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável	B8. Estratégias dos bancos multilaterais para a economia da região	C8. Padrões de trabalho e comércio internacional	
INTERVALO				
18:15 às 20:00 horas	Sessão comemorativa do cinquentenário do <i>Manifesto latinoamericano</i> , de Prebish/Cepal			
INTERVALO				
22:00 horas	Evento cultural / lazer			

DIA 16/09/99

HORÁRIO	A DESENVOLVIMENTO	E CEPAL	F COMUNICAÇÕES
09:00 às 10:30 horas	A9. Educação: base do desenvolvimento econômico / social	E1. Síntese geral da pesquisa	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
10:45 às 12:30 horas	A10. A questão regional e a organização do território	E2. Acumulação de capital	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
ALMOÇO			
14:00 às 16:00 horas	A11. Reforma agrária e desenvolvimento da agricultura	E3. Progresso técnico	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
16:15 às 18:00 horas	A12. O Estado num mundo em transformação	E4. Emprego e distribuição de renda: indicadores	Apresentação de trabalhos selecionados pelo comitê científico
INTERVALO			
22:00 horas	Evento cultural / lazer		

DIA 17/09/99

09:00 às 11:00 horas	Encerramento: padrões de desenvolvimento e projetos alternativos		
INTERVALO			
11:15 horas	Plenária do congresso brasileiro. Reunião dos presidentes dos colegiados da América Latina e Caribe		

ORGANIZAÇÃO

- Conselho Federal de Economia - Cofecon
- Associação de Economistas da América Latina e Caribe - AEALC
- Corecon/RJ (Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro)
- Sindecon (Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro)
- IERJ (Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro)

APOIO:

- Anpec - Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia
- Aange - Associação Nacional de Cursos de Graduação em Economia
- SEP - Sociedade Brasileira de Economia Política
- IE/UFRJ - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Universidade Candido Mendes
- Unesco - Unidad Regional de Ciencias Sociales para America Latina y Caribe - Unesco
- Unesco / Universidade das Nações Unidas sobre Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reg/Gen)
- Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio Econômicos
- NUSEG / UERJ - Núcleo Superior de Estudos Governamentais - NUSEG / UERJ
- UFF - Mestrado de Economia da Universidade Federal Fluminense - UFF
- Facultad de Economía Division de Estudios de Posgrado da Universidad Nacional Autonoma de Mexico

CONGRESSO

CHAMADA DE TRABALHOS (Call for Papers)

Público alvo - Poderão participar da apresentação dos trabalhos profissionais, professores, pesquisadores, estudantes de mestrado ou doutorado em economia, sindicalistas, etc, desde que tenham graduação em economia.

Critérios / Procedimentos

Os autores poderão apresentar trabalhos em qualquer um dos temas/áreas de estudo relacionados ao eixo central dos dois eventos: Desenvolvimento, Inserção Internacional ou Emprego. Para submeter o trabalho ao Comitê de Seleção, o autor deverá encaminhá-lo ao Conselho Regional de Economia - RJ, por e-mail ou em disquete via correio, desde que atenda às normas de apresentação. Somente serão considerados para efeito de avaliação pelo Comitê de Seleção os trabalhos que guardem pertinência com os temas dos eventos. Serão selecionados um total de 40 trabalhos, que deverão integrar a publicação dos Anais, a ser feito em CD Rom. Dentre estes, serão classificados 20 trabalhos para apresentação na Sessão "Comunicações". O Comitê de Coordenação se responsabilizará por pagar, caso seja necessário, 8 passagens aéreas e 3 estadias (diárias de hotel no Rio de Janeiro) para os 8 primeiros colocados e 3 estadias (diárias de hotel) para os 12 outros autores classificados.

Normas Gerais

Datas críticas

15/04/99: Prazo limite de recebimento dos trabalhos por correio ou e-mail.

15/06/99: Notificação do resultado da avaliação. Os autores devem informar na inscrição a que tema se referem os trabalhos.

Local de entrega

Conselho Regional de Economia - 1ª Região/RJ

Av. Rio Branco, 109 - 19º andar

Rio de Janeiro, Centro, CEP 20054-900

e-mail: papers@rioeconomia99.org.br

home page: <http://www.rioeconomia99.org.br>

Tels. (021) 224-0578, 220-1248 ramal 12

Fax (021) 509-8121

Apresentação dos trabalhos

Word for Windows 6.0 ou superior.

Fonte Times New Roman tamanho 12, espaço entre as linhas de 1,5.

Formato A4, máximo de 20 laudas, mínimo de 15 (incluindo texto, gráficos e tabelas; até 80 toques por linha; máximo de 30 linhas por lauda).

Resumo obrigatório: mínimo 15 e máximo de 20 linhas.

Caso seja enviado por correio, enviar cópia impressa e 3 cópias em disquete.

LOCAL DO EVENTO

Hotel Glória - Rua do Russel, 632 - Glória - Rio de Janeiro - RJ

INFORMAÇÕES

- Corecon/RJ - Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Tel. (021) 224-0578 - Fax (021) 509-8121 - e-mail: info@rioeconomia99.org.br
- Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

INSCRIÇÕES

Gauche Eventos - Av. Rio Branco, 181 - Sala 501 - Centro - Rio de Janeiro - RJ
Telefax (021) 262-1236 - e-mail: insc@rioeconomia99.org.br

COORDENAÇÃO GERAL

- Antônio Corrêa de Lacerda e-mail: lacerda@cofecon.org.br
- Roberto Verrier Castro (AEALC) e-mail: anec@ceniai.inf.br
- Eduardo Mendes Callado e-mail: coreconrj@ax.apc.org
- Luís Carlos Prado (IERJ) e-mail: delorme@cofecon.org.br
- Adhemar dos S. Mineiro (Corecon-RJ) e-mail: coreconrj@ax.apc.org
- Luiz Antonio Elias (Cofecon) e-mail: elias@cofecon.org.br

COMISSÃO DE SELEÇÃO DE TRABALHOS

DESENVOLVIMENTO

- Armando Di Filippo - Comissão Econômica para América Latina e Caribe - CEPAL
- João Paulo de Almeida Magalhães - Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia - 1ª Região
- Juan Mario Vacchino - Sistema Econômico Latino-Americano - SELA
- Leonel Corona - Division de Estudios de Posgrado de la Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México
- Maria José Cyhlar Monteiro - Fundação Getúlio Vargas e Conselho Regional de Economia - RJ

INSERÇÃO INTERNACIONAL

- Otaviano Canuto - Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP
- Reinaldo Gonçalves - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Conselho Regional de Economia - RJ
- Viviane Ventura Dias - Chefe da Unidade de Comercio Internacional - CEPAL
- Eduardo Mayobre - Sistema Econômico Latino-Americano - SELA

EMPREGO

- Jorge Mattoso - Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas
- João Luiz Maurity Sabóia - Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Octávio Rodríguez - Instituto de Economía na Facultad de Ciencias Económicas y Administración del Uruguay

COMISSÕES FORMADAS

1. Elaboração do programa: conteúdo temático

Comissão: Conselheiros do Corecon-RJ / Conselheiros do Cofecon / Diretoria da AEALC

2. Infraestrutura/operacional/cultural

- Transportes
- Hospedagem
- Local do evento
- Recepção

Comissão: Conselheiros do Corecon-RJ / Secretaria Executiva do Cofecon

3. Fontes de financiamento

Comissão: Conselheiros do Corecon-RJ / Conselheiros do Cofecon

4. Publicidade e divulgação

- Conselheiros do Corecon-RJ
- Assessoria de Comunicação do Corecon-RJ / Assessoria de Comunicação do Cofecon

5. Internet/sugestões e correio eletrônico

- Link específico sobre o XIII Congresso Brasileiro e o VII Congresso da Associação de Economistas da América Latina e Caribe em três línguas: português, espanhol e inglês

Comissão: Conselheiros do Corecon-RJ / Secretaria de Assuntos Institucionais do Corecon-RJ / Secretaria Executiva do Cofecon

ADVOGADO DE PLANTÃO

As entidades representativas dos economistas no Estado do Rio de Janeiro - Corecon-RJ, Sindecon e Ierj - oferecem assessoria jurídica a quem estiver quite com sua anuidade. O Dr. Carlos Boechat está à disposição dos economistas às segundas-feiras, das 10h às 13h, na sede do Sindicato (Rua Treze de Maio 23, grupo 1608, telefone 262-2535) ou na sede do Corecon (Av. Rio Branco 109, 19º andar, telefone 224-0578), de forma alternada. Com este serviço, amplia-se o leque de atividades prestadas aos associados. Os profissionais poderão solicitar atendimento nas áreas trabalhista (reclamações, cautelares, recursos, análises em geral, causas previdenciárias) e administrativa: defesa, recursos e consultas em geral.

PLANEJAMENTO

Cofecon estabelece metas para 99

Reunidos em janeiro, os membros do Conselho Federal de Economia (Cofecon) elaboraram, em plenária, o Programa de Trabalho para 1999. O programa traz, como principal estratégia, a proposta de planificação plurianual, prevendo metas de médio e longo prazos.

Entre os problemas identificados na plenária, o programa menciona a dificuldade de projeção do Sistema Cofecon/Corecons nas discussões de temas econômicos nacionais e o aprofundamento das relações com a formação acadêmico-profissional. Na mesma reunião, a presidência do Cofecon passou de Luiz Carlos Delorme Prado, do Rio de Janeiro, para Antonio Correia de Lacerda, de São Paulo, tendo como vice-presidente Antonio Barreto, da Bahia. A seguir, publicamos a íntegra do documento.

PROGRAMA DE TRABALHO DO CONSELHO FEDERAL DE ECONOMIA EM 1999
(PROPOSTA PARA DISCUSSÃO)

1. INTRODUÇÃO

Os novos desafios advindos das grandes transformações em curso exigem que as nossas ações representem um horizonte de longo prazo, de forma a ampliar a capacidade de influência no processo. Nesse sentido, torna-se imprescindível que, apesar das dificuldades do curto prazo, implementemos planos estratégicos de mais longa duração.

Dessa forma, é fundamental implementarmos planos estratégicos plurianuais, elaborados a partir de projetos de médio e longo prazos, gerados de discussões dos plênários das entidades, mantendo uma continuidade de ação. Aos presidentes e vices-presidentes eleitos, com o apoio dos demais conselheiros, cabem a efetiva condução da implementação desses planos, além dos projetos específicos, inerentes à gestão.

Dentro dessa linha de atuação, o Conselho Federal de Economia encontra-se em uma posição privilegiada, mantendo uma continuidade em seus programas vinculados às deliberações dos seus encontros nacionais, que vem sendo aprimorados ao longo dos anos, com o acréscimo de projetos específicos.

Este programa de trabalho pretende apresentar as linhas gerais e os instrumentos de implementação dos projetos estratégicos do Cofecon. Nosso objetivo é definir as metas e projetos específicos para 1999. Estas estão definidas em três planos: metas gerais, metas setoriais e metas específicas.

As metas gerais tratam dos objetivos estratégicos do Sistema Cofecon/Corecons, e especificamente do Cofecon, e determinarão as prioridades e a amplitude das metas setoriais e específicas. As metas setoriais indicarão as políticas do Conselho sobre temas recorrentes de atuação das entidades, isto é, sobre a questão de valorização profissional, inserção nacional, inserção internacional, interação do sistema Cofecon/Corecons e questões administrativas do Cofecon. As metas específicas tratam de projetos particulares relevantes, que terão uma atenção especial do Conselho Federal.

2. SITUAÇÃO ATUAL

Numa análise da atual situação do Sistema Cofecon/Corecons, várias questões adquirem relevância. Sem pretender estabelecer qualquer ordenamento entre tais questões, podemos mencionar a indefinição, ainda presente, que nos foi imposta pela Lei nº 9.649/98, a relativa dificuldade de projeção do Sistema nas discussões de temas econômicos nacionais e o aprofundamento das relações do sistema com a formação acadêmico-profissional, não apenas junto ao MEC, mas também junto às universidades.

Por outro lado, o sistema conseguiu alcançar maturidade política que o capacita a ter um posicionamento mais ativo na definição de estratégias que permitam equacionar seu futuro e enfrentar as mudanças institucionais em curso. Neste sentido, um projeto de reformulação do Sistema é uma peça fundamental para viabilizar sua continuidade, conforme definido no último Since, haja ou não mudanças legais que o obriguem a fazê-lo. Este projeto é o ponto de partida de nossa programa de trabalho, apresentado a seguir.

3. METAS GERAIS

As metas gerais a serem perseguidas no ano de 1999 são as seguintes:

3.1. Reformulação do Sistema Cofecon/Corecons

Preparar um Projeto de Reformulação do Sistema Cofecon-Corecons que indique as mudanças institucionais necessárias para a continuidade a longo prazo das nossas entidades. A partir da decisão do último Since, e com a criação, naquele evento, de uma Comissão composta de

representantes dos Conselhos Regionais, elaborar um cronograma de atividades a serem desenvolvidas, tendo como ponto de partida a realização do *workshop* já definido.

Nosso objetivo não é preparar um documento genérico, mas produzir, com o detalhamento possível, um projeto de operação e atuação do Sistema, que seja o produto de ampla discussão da categoria, para apreciação geral até o próximo Since, a se realizar em Belo Horizonte no ano 2000.

3.2. Inserção do Cofecon

Desenvolver uma política de ampliação da visibilidade do Cofecon. Esta política deverá ter duas dimensões básicas: a primeira é uma maior aproximação e comunicação com as bases regionais, reduzindo a distância entre o Cofecon, os Corecons e os economistas registrados que formam nossa comunidade profissional; a segunda, é melhorar a imagem do Cofecon junto à opinião pública e junto a outras entidades profissionais através de uma inserção mais ativa na imprensa e na sociedade civil.

3.3. Participação na formação acadêmico-profissional

Aumentar nossa participação nas questões de formação acadêmico-profissional, através de posicionamentos ativos junto ao MEC e ao Congresso Nacional em assuntos de nosso interesse, bem como junto às universidades e à comunidade acadêmica e suas entidades. Atuar principalmente junto ao MTb-Sefor, de forma a obter recursos do FAT para programas de reciclagem profissional a serem executados pelos Conselhos Regionais.

3.4. Integração internacional

Atuar ativamente nas questões ligadas aos interesses dos economistas brasileiros no plano internacional, particularmente no âmbito do Mercosul (Gimcea) e no da comunidade latino-americana (Aealc). Acompanhar atentamente os desdobramentos no âmbito da Alca. Como linha básica de atuação, defendemos que seja acelerada a criação do Mercado Comum no âmbito do Mercosul e propomos uma postura de cautela com relação a acordos de liberalização de serviços profissionais fora do Mercosul, em especial aqueles celebrados junto à OMC.

4. METAS SETORIAIS

Os setores para os quais serão propostas metas são os seguintes:

4.1. Valorização profissional

Nossa política de valorização profissional centra-se sobre três pilares: (i) continuidade da política de valorização da qualidade da formação profissional; (ii) maior conhecimento sobre a natureza do exercício profissional e o mercado de trabalho, bem como sobre a formação acadêmica; e (iii) defesa e ampliação do mercado de trabalho do economista.

O primeiro ponto será implementado pela continuidade dos prêmios Brasil de Economia profissional e de monografia de fim de curso, com a busca de parceiros que possibilitem grande divulgação nacional em todas as mídias, e ainda pelo apoio a eventos nacionais e internacionais de economia. O Cofecon pretende organizar eventos regulares, em parceria com outros Conselhos Regionais e com o setor acadêmico, tendo como público alvo, além dos profissionais, a imprensa especializada. O segundo ponto será implementado pela continuidade do Censo Qualificado das Faculdades de Economia e pela divulgação e aprimoramento da pesquisa sobre o exercício profissional dos economistas. O terceiro ponto será implementado pela acompanhamento das mudanças legais e das decisões judiciais que envolvam o interesse dos economistas, pela negociação com outros conselhos, em especial os de administração e contabilidade, quanto ao exercício profissional, e pela defesa da criação de um curso de introdução à economia no currículo do

segundo grau. O Cofecon contratará juristas para a elaboração de pareceres que subsidiem a ação dos Conselhos Regionais, a exemplo dos que estão em andamento, e se necessário promoverá ações judiciais que resguardem o exercício profissional e o mercado de trabalho do economista.

Será elaborado estudo que permita oferecer contrapartidas aos economistas que possuam registro e estejam em situação regular junto aos Corecons. Entre as propostas em estudo encontra-se a possibilidade de conceder endereço eletrônico na Internet e acesso a banco de dados econômicos. Esses produtos, normalmente com acesso pago, seriam oferecidos sem custos aos economistas. Além do benefício financeiro, esses instrumentos também auxiliariam o economista em suas atividades profissionais.

4.2. Inserção nacional

Nossa gestão dará grande importância a maior inserção e visibilidade do Cofecon junto à sociedade brasileira e à comunidade de economistas. Para isto serão usados os seguintes instrumentos: (i) continuidade da edição do *Cofecon Notícias*, com publicação bimensal, que terá por objetivo divulgar as ações deste Conselho junto à categoria e suas opiniões junto aos meios de comunicação; (ii) manutenção da assessoria de comunicação, dando ênfase para maior penetração junto à imprensa; (iii) incentivo e estabelecimento de formas de parcerias e apoio aos Conselhos Regionais para promoverem o acompanhamento e/ou assessoria na elaboração e execução dos orçamentos públicos municipais, ampliando as iniciativas já desenvolvidas por alguns Corecons; (iv) elaboração de estudos sobre temas relevantes que afetam a economia e a sociedade brasileira, para divulgação na Internet e em publicações específicas (*position papers*). A realização do XIII Congresso Brasileiro de Economistas, em conjunto com o VII Congresso da Aealc, será também um importante instrumento de divulgação e inserção das entidades.

Ainda como forma de ampliação da inserção do Cofecon, será dada uma atenção especial à relação com o Congresso Nacional. Será mantido um contato estreito com os parlamentares economistas, bem como com as comissões econômicas da Câmara e do Senado, buscando contribuir nas audiências públicas e discussões dos temas relevantes para a sociedade brasileira, e em particular para a categoria dos economistas. O acompanhamento dos projetos em andamento no Parlamento terá papel significativo nas atividades a serem desenvolvidas.

4.3. Inserção internacional

O Cofecon terá como prioridade aumentar sua participação no âmbito do Mercosul, procurando exercer maior influência no processo de negociação de questões ligadas ao exercício profissional. Em especial, pretende-se criar um espaço de discussão para economistas nessa esfera. Pretende-se ainda procurar manter contatos mais próximos com o Ministério de Relações Exteriores em assuntos de integração econômica.

Será dada seqüência ao convênio com a Cepal, verificando, inclusive, a possibilidade de ampliação das atividades conjuntas definidas inicialmente. Pretende-se firmar novos convênios, nos mesmos moldes do estabelecido com a Cepal, com outras entidades análogas, como por exemplo a Sela.

No âmbito latino-americano, pretende-se estreitar as relações com outras entidades de economistas, em especial a Aealc e Anec, com o objetivo de viabilizar o Congresso Latino-Americano de Economistas em 1999. O Cofecon deverá definir, ainda, uma política de relacionamento com as entidades internacionais de representação de economistas.

Finalmente, o Cofecon pretende participar das negociações do governo brasileiro junto à OMC de temas de interesse dos economistas, em especial aqueles relativos ao

GATS (General Agreement on Trade and Services) e acompanhar as negociações no âmbito da Alca.

4.4. Interação do Sistema Cofecon-Corecons

O Cofecon dará grande ênfase ao estreitamento das relações com os Corecons, tanto com um programa de visitas do presidente, do vice-presidente e dos conselheiros às regiões, como forma de sistemática troca de informações, acompanhamento das atividades, incentivo ao aprimoramento técnico dos funcionários e a melhoria da infraestrutura dos Corecons. Pretende-se elaborar estudos visando a prover os Conselhos Regionais de estrutura mínima para desenvolver suas atividades definidas em lei, quebrando um círculo vicioso de carência de recursos.

Será dada continuidade aos programas de apoio aos pequenos conselhos, prêmios monográficos nacional e regionais, e à reunião anual de gerentes executivos do Sistema, bem como à realização de treinamentos específicos para setores operacionais dos Conselhos.

O programa de informatização terá sua execução priorizada, em especial na área de interação e comunicação entre as entidades, tanto no âmbito do Cofecon, com o aprimoramento do serviço de provedor de informações e conteúdo (Internet, *homepages*), quanto no âmbito dos Conselhos Regionais, especialmente com a implantação de *softwares* que auxiliem na gestão das entidades. Nessa linha de atuação, serão disponibilizados, sem custo para os Corecons, a nova versão do software "Corecon" e o programa de contabilidade pública "Siscont". A partir deste último, serão elaborados indicadores econômico-financeiros para aprimorar a análise e auxiliar na gestão das entidades.

Como desdobramento da edição da Lei nº 9.649/98, serão implementados novos procedimentos a serem elaborados, principalmente na área de licitações e auditoria, em razão das novas funções que deverão ser desempenhadas pelo Cofecon, a serem estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União.

Como ponto relevante a destacar, há a necessidade de se discutir no âmbito do Sistema Cofecon/Corecons a oportunidade e factibilidade da realização anual dos diversos Enes (Ene, Eneoste, Enesul, Eneorte) em razão dos reais objetivos que se pretendem alcançar e os custos envolvidos. Tal discussão deve ocorrer de forma imediata, em virtude dos eventos já agendados para este ano de 1999.

4.5. Questões administrativas e funcionais do Cofecon

Na atuação do Cofecon será enfatizada a rapidez nas repostas às questões de interesse do Sistema, e, em especial, a resposta rápida às demandas regionais, respeitados os prazos necessários para instruções processuais ou inserção nas reuniões do plenário do Cofecon, priorizando a comunicação via Internet. Na medida necessária, serão feitos investimentos na área de informática do Cofecon, visando a ampliação da eficácia do atendimento a ser prestado. Será incorporada à estrutura do Cofecon, em definitivo, a área de Projetos Especiais, que terá a incumbência de assessorar, em especial, na execução dos projetos a cargo das Comissões e eventuais projetos especiais esporádicos.

5. METAS ESPECÍFICAS

As metas específicas tratam de programas de grande importância que serão implementados pelo Cofecon. Cada uma delas será coordenada por uma comissão de Conselheiros que terá a responsabilidade por resultados em prazos previamente acordados. A relação dos programas e das comissões encarregadas de executá-los encontram-se em anexo.

PROGRAMAS E COMISSÕES DO COFECON PARA 1999

Comissão: POLÍTICA ECONÔMICA - CPE

Objetivos:

- Acompanhamento da conjuntura e definição da posição do Cofecon com relação a temas econômicos importantes.
- Preparar manifestações públicas do Cofecon.
- Promover estudos e debates de políticas alternativas.
- Incentivar estudos sobre temas econômicos.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Manifestações do Cofecon sobre as conseqüências de medidas de política econômica.
- Organização de um fórum permanente de debates
- Criação e coordenação das "listas de discussão" no *website* do Cofecon.

Comissão: VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL - CVP

Objetivos:

- Promover atividades e pesquisas voltadas à valorização profissional.
- Estimular a disseminação da bolsa de emprego para regiões que ainda não a adotem.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Publicar a pesquisa "Perfil do Economista".
- Conceder o Prêmio Brasil de Economia.

Comissão: RELAÇÕES INSTITUCIONAIS - CRI

Objetivos:

- Manter permanente articulação com o Congresso Nacional, o Executivo e o Judiciário
- Participar no Fórum dos Conselhos Federais (Conselhão).

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Mapear a bancada de parlamentares economistas.

Comissão: CONSELHO EDITORIAL - CE

Objetivos:

- Acompanhar a edição do Boletim do Cofecon e demais publicações que venham a ser criadas.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Viabilizar linhas de patrocínio para as publicações.

Comissão: TOMADA DE CONTAS - CTC

Objetivos:

- Emitir parecer sobre as gestões dos Corecons e do Cofecon conforme as determinações legais.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Controlar os procedimentos que envolvem a administração contábil e financeira dos Conselhos.
- Elaborar, em conjunto com a Resleb, as normas complementares da Lei 9649/98.

COMISSÃO ESPECIAL - Congresso Brasileiro e Latino Americano

Objetivos:

- Realização do Congresso.
- Articular todo os trabalhos de preparação para a realização do Congresso Brasileiro e Latino Americano.

COMISSÃO ESPECIAL - Resoluções e Legislação Básica - Resleb

Objetivos:

- Atualizar a Legislação da alçada do Cofecon
- Buscar o apoio dos gerentes executivos e assessores jurídicos
- Acompanhar o desdobramento da Lei 9649/98.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Articular a promoção de estudos para aprimorar a legislação da profissão.

COMISSÃO ESPECIAL - Articulação e Melhoria de Ensino

Objetivos:

- Concluir o Censo Qualificado sobre os cursos de economia do país.
- Dar continuidade às articulações com o MEC para a avaliação dos cursos de economia.
- Manter as articulações com a Ange.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Elaborar o Diretório de Cursos de Economia.
- Realizar o Censo Qualificado.

COMISSÃO ESPECIAL - FAT

Objetivos:

- Coordenar a execução dos projetos a cargo dos Corecons.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Acompanhar a liberação de recursos junto à Sefor-MTb.
- Elaborar formas para gerenciar a execução do projeto.

COMISSÃO ESPECIAL - Intercâmbio Internacional

Objetivos:

- Incrementar o intercâmbio com Cepal, Gimcea, Mercosul, Alca, etc.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Congresso Latino-americano.
- Aealc.

COMISSÃO ESPECIAL - Caixa de Assistência

Objetivos:

- Elaborar projeto para a criação do Fundo de Pensão dos Economistas.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Definir e implementar o Fundo de Pensão.

COMISSÃO ESPECIAL - Planejamento Estratégico

Objetivos:

- Elaborar documento útil para nortear as ações do Sistema no futuro próximo. Plano Plurianual.

Responsabilidades e Projetos para 1999:

- Realizar o *workshop*, em conjunto com a Comissão do Since.

COMISSÃO ESPECIAL - Conselho Consultivo

Objetivos:

- Assessorar discussões e decisões estratégicas do Sistema Cofecon/ Corecons e questões da formação e da profissão.

JORNAL DOS ECONOMISTAS

CORECON-RJ - SINDECON-RJ - IERJ

PORTE PAGO

DR/RJ
ISR 52.2246/86



IMPRESSO

Entregue aos Correios até 13.02.99